

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

OLAVO PEREIRA FRANZIN

COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

BAURU

2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

OLAVO PEREIRA FRANZIN

COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

BAURU

2005

ORIENTADORA

Prof^a Ms. Dalva Aleixo Dias

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Cláudio Bertoli

Ivy Wiens

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em primeiro lugar à minha família pelo apoio que sempre me deram; aos amigos que me acolheram quando cheguei em Bauru.

Aos amigos que aqui fiz e que continuarão comigo esteja onde estiver;

E a Dalva, que não só por ter sido minha Prof e orientadora, como também foi a pessoa que despertou em mim a vontade para descobrir novos horizontes.

“MEUS OLHOS VERÃO O QUE ANTES NÃO VIAM”

Paulo Freire

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. SUSTENTABILIDADE.....	14
1.1 Desenvolvimento Sustentável: Histórico.....	14
1.2 Marco Teórico.....	17
1.3 Educação Ambiental.....	24
1.4 Ciência Moderna.....	29
2. COMUNICAÇÃO.....	33
2.1 História e Sentidos.....	33
2.2 As Principais Teorias.....	36
2.3 Teoria Hipodérmica: Sociedade de Massa e Behaviorismo.....	39
2.4 A Teoria Crítica: A Escola de Frankfurt.....	40
2.5 Agenda Setting e a Espiral do Silêncio.....	42
2.6 A Aldeia Global de Mcluhan.....	47
2.7 Estudos Culturais.....	49

3. COMUNICAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	55
3.1 A Comunicação Popular e a Importância da Recepção: a Teoria Crítica Latino-Americana.....	55
3.2 Movimentos Sociais.....	65
4. AÇÃO COMUNICATIVA.....	72
4.1 Vida e Obra de Jürgen Habermas.....	72
4.2 Teoria da Ação Comunicativa.....	74
5. AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E A SUSTENTABILIDADE..	80
5.1 ARCA Brasil - Associação Humanitária de Proteção e Bem-Estar.....	80
5.2 Fundação SOS Mata Atlântica.....	81
5.3 Moradia e Cidadania.....	83
5.4 Fundação Abrinq.....	84
5.5 Considerações sobre o discurso.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
FONTES.....	90
Bibliografia.....	90

Siteografia.....	91
------------------	----

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende apresentar algumas considerações sobre a sustentabilidade e a importância da comunicação para que esta se efetive. A importância deste tema reside no fato de as discussões sobre os rumos do desenvolvimento econômico e suas conseqüências para o meio ambiente e a vida social difundirem-se pelas instituições fomentadoras, como a ONU.

Este trabalho pretende demonstrar as bases para a elaboração de um discurso que contemple a sustentabilidade na sua totalidade. Para isso, faz-se necessário uma contextualização das principais teorias da comunicação, dos novos movimentos sociais e do pensamento de Habermas sobre a ação comunicativa. Posteriormente, estes pensamentos foram aplicados aos textos institucionais de cinco organizações do terceiro setor com áreas de atuação distintas, procurando revelar a postura que estas organizações adotam frente a sustentabilidade.

Para melhor compreensão do tema tratado o trabalho está dividido em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, o desenvolvimento sustentável será explanado a partir de uma contextualização histórica que abarca desde o surgimento da preocupação em torno dos limites do desenvolvimento até as comissões criadas

para proporem saídas para a iminente crise ambiental e revelarem os processos que contribuíram para o surgimento desta crise.

Partindo da preocupação em torno da pressão que o desenvolvimento desenfreado poderia causar no meio ambiente, os estudiosos cunharam um termo mais abrangente que desenvolvimento sustentável; trata-se da sustentabilidade, termo que não remete somente a degradação ambiental provocada pelo desenvolvimento planetário; inclui os aspectos sociais, culturais e econômicos que influem na sustentabilidade. O texto contempla também as contribuições da ciência para o surgimento da crise ambiental e as propostas para solucioná-la; assim como o papel da educação que busca superar a fragmentação da realidade ocasionada pela ciência moderna.

O segundo capítulo reserva-se a uma explanação da história e sentidos da comunicação que perpassa todo o indivíduo e suas relações com a sociedade e com a natureza, composta por todos os elementos de um mundo simbólico e imaterial que consentem ao homem situar o seu processo de construção da realidade.

Além da comunicação que ocorre entre duas pessoas, a comunicação interpessoal, da comunicação grupal, temos a comunicação massiva, que implica na existência de um certo desenvolvimento das cidades. Devido à complexidade que o processo comunicacional assumiu, vários estudiosos se propuseram a estudar as implicações da comunicação sobre a sociedade, e como esta influenciava a produção das mensagens. Estudos com a Teoria Hipodérmica, a

Teoria Crítica, a aldeia global de Macluhan e os Estudos Culturais surgem como propostas para trazer um novo alento acerca dos enigmas do mundo da comunicação.

O terceiro capítulo contempla a comunicação popular e sua aplicação pelos movimentos sociais. Esta forma de comunicação surge para os estudiosos na esteira do desenvolvimento dos Estudos Culturais e torna-se importante instrumento de divulgação dos ideais dos movimentos sociais; acha-se em sintonia com o novo conceito que o popular contraía: novas intermediações e articulações da sociedade civil, sentido social dos conflitos para além das vinculações político-partidárias. Ao abandonar a forma clássica de organização, os novos movimentos sociais desenvolvem novas ferramentas de comunicação para trazer a tona seus objetivos.

No quarto capítulo encontra-se a teoria que Habermas propõe como saída para a superação do paradigma da consciência para o paradigma do entendimento intersubjetivo e da linguagem, estabelecido por meio do processo comunicativo da vida em sociedade. A este processo, o autor dá o nome de Teoria da Ação Comunicativa.

O quinto capítulo, constitui-se enquanto abordagem do uso que fazem de uma ferramenta de divulgação de suas estratégias de atuação de quatro organizações não-governamentais. Verifica-se se estas Ong's contemplam todos os aspectos relacionados com a sustentabilidade, não abandonando o caráter de novos movimentos sociais que baseiam sua atuação em nome da liberdade e da

igualdade pela criação de novos direitos. Compõem o cerne do exercício democrático enquanto ações populares que buscam o reconhecimento de direitos civis e políticos.

Torna-se extremamente importante realizar uma reflexão sobre as práticas que buscam a sustentabilidade, para que estas a contemplem na sua totalidade.

1. SUSTENTABILIDADE

1.1 Desenvolvimento Sustentável: Histórico¹

A partir da década de 60 surge a preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento do planeta com as discussões sobre os riscos da degradação do meio ambiente. Tais discussões se intensificaram a ponto de levar a ONU a promover uma Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo (1972). Neste mesmo ano, *Dennis Meadows* e os pesquisadores do “Clube de Roma” publicam o estudo “Limites do Crescimento”. O estudo concluída que se fossem conservados os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria alcançado, em no máximo 100 anos, provocando uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade industrial.

Em 1973, o canadense *Maurice Strong* difundiu o conceito de ecodesenvolvimento, baseado nos princípios formulados por *Ignacy Sachs*. Os caminhos do desenvolvimento seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as próximas gerações; envolvimento da população; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; garantia de emprego,

¹ http://www.economiabr.net/economia/3_desenvolvimento_sustentavel_historico.html, acessado em 18/11/2005 as 00:04

segurança social e respeito a diferentes culturas; programas de educação. Esta teoria referia-se especialmente às regiões subdesenvolvidas, fazendo uma crítica à sociedade industrial. Os debates em torno do ecodesenvolvimento possibilitaram o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável.

Outra contribuição à discussão veio com a Declaração de *Cocoyok*, das Nações Unidas. A declaração assegurava que a causa da explosão demográfica era a pobreza e que esta também gerava o extermínio desenfreado dos recursos naturais. Os países industrializados colaboravam com esse quadro apresentando altos índices de consumo. Para as Nações Unidas, não há apenas um limite mínimo de recursos para proporcionar bem-estar ao indivíduo; há também um máximo.

A ONU novamente participa da discussão elaborando um outro relatório em 1975, o *Dag-Hammarskjöld*, preparado pela fundação de mesmo nome, contando com o auxílio de políticos e pesquisadores de 48 países. O Relatório *Dag-Hammarskjöld* completa o de *Cocoyok*, afirmando que as potências coloniais concentraram as melhores terras das colônias nas mãos de uma minoria, obrigando a população pobre a utilizar-se de outros solos, propiciando o início da devastação ambiental. Os dois relatórios têm em comum a exigência de mudanças nas estruturas de propriedade do campo e a rejeição pelos governos dos países industrializados.

No ano de 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por *Gro Harlem Brundtland* e *Mansour*

Khalid, apresentou um documento chamado “*Our Common Future*”, mais conhecido por relatório *Brundtland*. O relatório diz que o desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. O documento foi bem aceito pela comunidade internacional por não apresentar as críticas à sociedade industrial que caracterizaram os documentos anteriores; demanda por crescimento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, atrela a superação da pobreza nestes últimos ao crescimento contínuo dos primeiros.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, mostrou um aumento do interesse mundial pelo destino do planeta; muitos países deixaram de ignorar as relações entre desenvolvimento sócio-econômico e alterações no meio ambiente. No entanto, as discussões foram ofuscadas pela delegação dos Estados Unidos, que forçou a retirada dos cronogramas para a eliminação da emissão de CO₂, não assinando a convenção sobre a biodiversidade.

Atualmente, os estudiosos utilizam que usam o termo sustentabilidade consideram este termo mais completo, pois encerra uma gama maior de significações. O termo anteriormente utilizado remetia somente ao meio ambiente, descartava a sustentabilidade social, a cultural, a econômica.

1.2 Marco Teórico.

A expressão desenvolvimento sustentável derivou de *sustainable development*, o vocábulo sustentável em inglês, que tem uma conotação dinâmica. Esta expressão refere-se a um processo cujo ritmo tem que ser mantido, visão de longo prazo, sujeita à identificação das condições necessárias para que o sistema se mantenha e continue avançando. A idéia de esforço sustentável não é nova na discussão do desenvolvimento. Os críticos do crescimento econômico cunharam a expressão eco-desenvolvimento, abrangendo tanto os recursos naturais quanto seu contexto sócio-cultural e não ignoram a diversidade que sugere uma pluralidade de soluções para o desenvolvimento.

Estes críticos tinham como estratégia a troca do modelo em crise por um outro desenvolvimento ou um desenvolvimento alternativo. Pregavam também um domínio social da geração e da aplicação da ciência e da tecnologia. Opunham-se a uma concepção de desenvolvimento planetário, visto como um mosaico de ecossistemas. Para eles o sistema natural constitui o alicerce de todo progresso e bem-estar social e proporciona os recursos para seu êxito; o crescimento econômico provê os meios financeiros, científicos, técnicos e organizacionais que permitem o uso racional e eficiente do sistema natural assim como sua preservação.

Durante a crise vivida durante a década de 80, grande parte população tinha uma *renda per capita* inferior à apresentada ao final da década de 70; o

padrão de vida igualou-se ao da década de 60, apresentando maior pobreza e crescente pressão sobre os recursos naturais. Foi uma década de acelerada deterioração ambiental.

O conceito explicita a íntima, inevitável e mútua interdependência entre sistema natural e desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento sustentável nasceu incorporando a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Mesmo assim alguns autores, instituições e práticas de políticas ambientais seguem privilegiando ou considerando unicamente a sustentabilidade ambiental. Até a década de 90, o conceito de sustentabilidade social era freqüentemente empregado para esconder o interesse pela sustentabilidade ecológica, por instituições fomentadoras como a ONU e o Banco Mundial.

Muitas vezes as competências humanas e as relações sociais que dizem respeito ao desenho de como se causa a pobreza e o desemprego não se encontram em discussão, sendo discutidas unicamente suas conseqüências enquanto poluição e degradação. Os Seres Humanos estabelecem relações técnicas com o meio ambiente externo e, simultaneamente, estabelecem relações sociais de produção. Relações estas que possibilitaram o surgimento desta crise ambiental que assola toda a humanidade.

O meio ambiente, em termos gerais, é avaliado como algo externo ao Ser Humano. Sustentabilidade ecológica agrega ao seu conceito de conservação da natureza no sentido de natureza externa ao ser humano.

Segundo Carvalho²

...a natureza como domínio do selvagem, ameaçador e esteticamente desagradável, em contraposição com a civilização, é a interpretação que está na base do *ethos* moderno antropocêntrico. Com o Renascimento firma-se um modelo urbano em contraposição ao padrão medieval, rural e teocêntrico, a partir de então designado como “inculto”. (...). Esta grande transformação cultural foi capitaneada por uma aristocracia que, buscando diferenciar-se da nobreza feudal, conformava novos valores culturais e padrões de comportamento que formariam as bases ideológicas da modernidade reivindicando para si um papel civilizatório. (...) A idéia de civilidade e cultura era, então, construída como pólo oposto da esfera associada à natureza, ao selvagem, à barbárie, à perda de juízo e à ignorância.

É nesta ocasião que se edifica historicamente a representação da natureza como espaço do rústico, do incultivado, do selvagem, do obscuro e do feio. Terra boa e bonita era sinônimo de terra cultivada. As áreas silvestres e montanhas eram símbolos do que merecia ser extinto. O cenário cultivado distinguia-se dos padrões precedentes por seus contornos cada vez mais regulares³ e “...a prática de plantar cereais ou vegetais em linha reta não era apenas um modo eficiente de aproveitar o espaço mas, também, representava um modo agradável de impor a ordem humana ao mundo natural desordenado”⁴. A natureza foi classificada segundo sua serventia para com as necessidades humanas; seguramente esta visão antropocêntrica também se encontrava

²CARVALHO, Isabel C. M. Os sentidos de “ambiental”: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. in LEFF, Enrique (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003. p109

³ CARVALHO, Isabel C. M. Os sentidos de “ambiental”: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. in LEFF, Enrique (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003. p110

⁴ Idem

balizada por uma visão religiosa ainda bastante forte nos primórdios da modernidade na Europa.

Com a chegada da revolução industrial, a natureza é vista como reserva de integridade biológica, ética e moral. Dada a investida em direção a um mundo urbanizado e industrializado, o campo passou a ser aceito como um ambiente saudável, de integridade e beleza. Os camponeses eram considerados mais saudáveis e moralmente mais admiráveis que os moradores das cidades; a natureza já não ameaça a ordem da cidade e transforma-se em lugar de beleza e vitalidade que a sociedade carece para restaurar-se dos excessos da vida racionalizada⁵.

O pensamento ocidental impôs a racionalidade econômica sobre a racionalidade ecológica. Este esquema propõe a redução de toda qualidade em quantidade, supõe uma destruição cultural ou uma desvalorização das “culturas del estar” frente as “culturas del hacer”⁶. A racionalidade se transformou em racionalidade científica; o conhecimento em conhecimento científico, formas distintas de conhecimento, como o artesanal, prático e agrícola, foram relegados a um segundo plano⁷.

⁵ CARVALHO, Isabel C. M. Os sentidos de “ambiental”: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. in LEFF, Enrique (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003 p112

⁶ NOVO, María. El desarrollo sostenible: sus implicaciones en los procesos de cambio. Revista on-line de la Universidad Bolivariana. Volumen 2 nº5, 2003. Disponível em: <<http://www.revistapolis.cl/5/cinc.htm>> Acesso em: 28 set. 2005

⁷ CARVALHO, Isabel C. M. Os sentidos de “ambiental”: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. in LEFF, Enrique (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003. p70

neste momento de profundo questionamento sobre as possibilidades da Razão, o pensamento contemporâneo enfrenta o desafio de buscar pistas e saídas, ainda que parciais, para as antinomias que emergem com a relativização da Razão e com o problema da fundamentação universal e o particular, o indivíduo e a sociedade, subjetividade e objetividade, linguagem e experiência, discurso e referência, são algumas das várias instancias de formulação destas antinomias que marcam, de forma contundente, o campo problemático contemporâneo⁸.

Para Pesci⁹, a procura de certezas por meio da lógica dedutiva fez brotar o avanço dos conhecimentos disciplinares, setorizando as visões integradas, pensando-se que o privilegio ao pensamento racional e que o apreço à quantidade possibilitaria o entendimento da realidade. A produtividade encarnou o mito do desenvolvimento; as sociedades deram início a uma competição que premiava mais por sua habilidade produtiva do que por sua qualidade cultural e social. Era imperativo ignorar os ciclos de reprodução da natureza. As leis naturais expressam não o que é certo, mas sim, o que é possível.

É nas condutas humanas e nos modelos que seguimos que poderemos descobrir as raízes do nosso comportamento, de forma que através dos processos educativos é possível desconstruir o velho imaginário de dominação. “A educação é e sempre será o veículo do conhecimento ou o procedimento para adquiri-lo”¹⁰.

⁸ CARVALHO, Isabel C. M. Os sentidos de “ambiental”: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. in LEFF, Enrique (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003. p102

⁹ PESCI, Rubén. A pedagogia da cultura ambiental: do títanic ao veleiro. In LEFF, Enrique (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003 p137

¹⁰ LUZZI, Daniel. A “ambientalização” da educação formal. Um diálogo aberto na complexidade do campo educativo. In LEFF, Enrique (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003 p137

	d	:	8	`@	: @ iŲ ^Á 9 : 23ø ċ . ŸŸ	Ž – Ž	(@	(@
	bjbjýĬýĬ					ŸŸ		
			23 ₁			Ž –		
	d	:	8	`@	: @ lexidade ambiental. São Paulo: Cortez,2003 p146	Ž	(@	(@
22.	(@ ŸŸ		ŸŸ	Âp •,				
					ŸŸ	ŸŸ		ŸŸ
			1			Ž –		
	d	:	8	`@	: @ iŲ ^Á 9 : 23ø ċ . ŸŸ	Ž	(@	(@
	bjbjýĬýĬ					ŸŸ		
			23 ₁			Ž –		
	d	:	8	`@	: @ lexidade ambiental. São Paulo: Cortez,2003 p146	Ž	(@	(@
A 9	(@ 23ø ċ				Q _i			
	bjbjýĬýĬ				. ŸŸ	ŸŸ	Âp •,	
					ŸŸ	ŸŸ		ŸŸ
			23 ₁			Ž –		
	d	:	8	`@	: @ lexidade ambiental. São Paulo: Cortez,2003 p146	Ž	(@	(@
	(@ 8							

maneira, a educação ambiental colabora com o alargamento do horizonte compreensivo das relações entre sociedade e natureza, enquanto aprendizado que expõe e produz sentido.

A aprendizagem ambiental é um saber pedagógico enquanto compõe uma construção analítica e interpretativa dos procedimentos de elaboração de sentidos comuns e conhecimentos públicos a propósito da sustentabilidade ecológica, social, cultural e econômica do planeta¹³.

A educação ambiental requer a reflexão sobre a relação entre conhecimento, autoridade e poder, exibindo o papel dos meios de comunicação e das instituições educativas. O saber ambiental surge de uma razão crítica, configurando-se em conjunturas ideológicas, sociais e culturais específicas e problematizando os paradigmas corroborados e institucionalizados. Para que a educação ambiental tenha êxito “é necessária a participação de todos os atores sociais, os quais paulatinamente vão reconquistando sua capacidade de ser autores sociais”¹⁴.

²³ Q_i bjbjýĩýĩ . ŸŸ ŸŸ Âp •, ŸŸ
²³₁ d : 8 `@ Œ lexidade ambiental. São Paulo: Cortez,2003 p146 (@ (@
²³₁ d : 8 `@ Œ lexidade ambiental. São Paulo: Cortez,2003 p146 (@ (@

Isabel Carvalho¹⁵ expõe a orientação que deveria ser adotada pela educação ambiental.

...a educação ambiental (...) estaria orientada para a problematização dos diferentes sentidos, interesses e forças sociais que se organizam em torno das questões ambientais. Ao interpretar as interpretações vigentes esta prática educativa abre um campo de novas possibilidades de compreensão e autocompreensão, no sentido do reposicionamento e compromisso dos sujeitos na problemática ambiental. Desta forma, não se trata de uma postura interpretativa neutra, mas de colocar em jogo e disputar o sentido do ambiental. (...) a maior contribuição da EA estaria no fortalecimento de uma ética sócio-ambiental que incorpore valores políticos emancipatórios e que, junto com outras forças que integram o projeto de uma cidadania democrática, reforce a construção de uma sociedade justa e ambientalmente sustentável.

1.4 Ciência Moderna

A ciência também contribui com o processo de entendimento da complexidade ambiental. Não a ciência que atua como um relógio; mas sim, a ciência que contempla a realidade completa, inacabada.

¹⁵ CARVALHO, Isabel C. M. Os sentidos de “ambiental”: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. in LEFF, Enrique (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003. p117

A ciência não encara apenas desafios na busca da sustentabilidade de ordem técnica. Assim sendo os aspectos empíricos e de metodologia são desafios que necessitam ser superados na procura de um melhor juízo do meio natural e dos sistemas complexos do planeta, aliados aos aspectos morais e de procedimentos na demarcação do conjunto de conhecimentos necessários para a gestão sustentável dos ecossistemas¹⁶.

Os avanços científicos desvendam novos horizontes na busca por inovação tecnológica, com implicações para a saúde humana, a produção de alimentos e a engenharia ambiental; entretanto, simultaneamente acarretam novas dificuldades e novos desafios. A interferência científica em processos naturais complexos é capaz de afetar além do meio natural, a saúde, o sustento da população e as perspectivas econômicas¹⁷.

Mais conhecimento científico não necessariamente resulta em uma sociedade mais sustentável. As orientações normativas da sustentabilidade necessitam orientar a investigação científica para inovações que respeitem os valores de sustentabilidade, como a resistência dos ecossistemas locais, os impactos provocados pela alteração climática, a eficácia energética e a segurança alimentar, e simultaneamente, estimular as aptidões das populações locais de influir nos processos de resolução das dificuldades.¹⁸

¹⁶ FUNTOWICZ, Silvio & MARCHI, Bruno De. Ciência pós-normal, complexidade reflexiva e sustentabilidade. In LEFF, Enrique (coord.).A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez,2003 p66-67

¹⁷ FUNTOWICZ, Silvio & MARCHI, Bruno De. Ciência pós-normal, complexidade reflexiva e sustentabilidade. In LEFF, Enrique (coord.).A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez,2003 p.p67

¹⁸ FUNTOWICZ, Silvio & MARCHI, Bruno De. Ciência pós-normal, complexidade reflexiva e sustentabilidade. In LEFF, Enrique (coord.).A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez,2003 p.68-69

A crença na ciência moderna desencadeou um processo que delegou à razão o papel de eliminar a ignorância. Funtowicz e De Marchi¹⁹ consideram que

...o incipiente método científico incluía os seguintes supostos: o sistema da natureza podia ser dividido em componentes isolados quase estáveis, e os objetos de estudo podiam ser separados do sujeito que os estudava. Disso resultaram uma ciência dividida em disciplinas (a base do sistema universitário) e o mito de uma ciência neutra, livre de valores, que legitima os especialistas. Ao mesmo tempo que a Europa conquistava novos mundos, a ciência moderna conquistava a natureza: ambas as conquistas estão inter-relacionadas.

As análises científicas não são satisfatórias para determinarem as exigências de sustentabilidade sem ambigüidades; todas as avaliações ambientais encontram-se sujeitas à dúvida de distinto grau de amplitude e de tipos desiguais. A maior parte dos problemas ambientais distingue-se por um estado fluido e incompleto de conhecimento científico²⁰.

O conceito realista ou naturalista do meio ambiente está sendo abandonado, onde este é reduzido às leis físicas de funcionamento. Ao aceitar uma perspectiva interpretativa, a educação ambiental passa a atuar num conceito de meio ambiente composto como uma realidade lingüística, com distintas leituras podendo ser feitas²¹.

¹⁹ Idem p69

²⁰ FUNTOWICZ, Silvio & MARCHI, Bruno De. Ciência pós-normal, complexidade reflexiva e sustentabilidade. In LEFF, Enrique (coord.).A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez,2003 p81

²¹ CARVALHO, Isabel C. M. Os sentidos de “ambiental”: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. in LEFF, Enrique (coord.).A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez,2003. P108

Carvalho²² aponta para o problema de se disseminar um discurso ambiental que não encontra ratificação nas suas condições sócio-históricas e que deixa de considerar no todo as posições conservadoras, ao passo que não mobiliza a percepção de posturas ideologicamente contraditórias e os conflitos de interesse. Entretanto, convida a um consenso diante do problema.

um exemplo dos efeitos de uma interpretação que se vem desprendendo das condições sócio-históricas da produção de sentido é o consenso dissimulado que tem se formado em torno do conceito de desenvolvimento sustentável²³.

A despeito de toda a disputa ideológica que continua na origem deste conceito, o conflito de interpretações sobre os critérios de sustentabilidade, assim como os valores políticos e éticos nas diferentes acepções deste conceito, têm sido metodicamente extinguidos pela ampla generalização e esvaziamento do termo²⁴.

²² Idem

²³ Ibidem

²⁴ CARVALHO, Isabel C. M. Os sentidos de “ambiental”: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. in LEFF, Enrique (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003. p108

2. COMUNICAÇÃO

2.1 História e Sentidos

A comunicação perpassa todo o individuo; não somente em suas relações sociais, como também no seu relacionamento com a natureza. Os sinais enviados pela natureza permitem ao Ser Humano antever fenômenos como a chuva, o frio, permite saber se é primavera ou não. “São sinais e gestos, símbolos e marcas, palavras e ações, todos elementos de um mundo simbólico e imaterial que permitem ao homem estabelecer o seu processo de construção da

realidade”²⁵. O Ser Humano se constitui enquanto ser social por meio da comunicação, posto que a realidade e tudo que cerca o ser social também o são; desta maneira, pode o indivíduo definir o Outro, como também os grupos enquanto melhores ou piores, confiáveis ou não²⁶. Entretanto, o fenômeno não se encerra na relação entre duas pessoas, ou entre o Ser Humano e a natureza, pois os animais também se comunicam e é possível falar de uma comunicação realizada entre máquinas (computadores ligados por um *modem*, por exemplo.).

Segundo diz Guareschi²⁷, “se é a comunicação que constrói a realidade, quem detém a construção dessa realidade detém também o poder sobre a existência das coisas, sobre a difusão das idéias, sobre a criação da opinião pública”, podendo desta maneira universalizar o modo de ver o mundo.

O termo comunicação foi empregado pela primeira no vocabulário religioso e expressava a idéia de “atividade realizada conjuntamente”. No cristianismo antigo a vida eclesiástica era marcada pelo isolamento e contemplação²⁸. Assim surgiu nos mosteiros uma prática denominada “*communicatio*”, que significava “tomar a refeição da noite em comum”, um exercício que procurava reunir aqueles que estavam isolados. Diferentemente das

²⁵ OLIVEIRA, Frederico Salomé de. A comunicação nas organizações do terceiro setor: Serviço Assistencial Salão do Encontro: Um Estudo de Caso. Florianópolis, 2003. Disponível em<<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/7338.pdf>>. Acessado em: 28 set. 2005

²⁶ GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). Comunicação & controle social. In OLIVEIRA, Frederico Salomé de. A comunicação nas organizações do terceiro setor: Serviço Assistencial Salão do Encontro: Um Estudo de Caso. Florianópolis, 2003. Disponível em<<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/7338.pdf>>. Acessado em: 28 set. 2005.

²⁷ GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). Comunicação & controle social. In OLIVEIRA, Frederico Salomé de. A comunicação nas organizações do terceiro setor: Serviço Assistencial Salão do Encontro: Um Estudo de Caso. Florianópolis, 2003. Disponível em<<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/7338.pdf>>. Acessado em: 28 set. 2005

²⁸ Martina, Luiz C. De que comunicação estamos falando?, livro preto p.13

refeições das comunidades primitivas, esta reunião continha a idéia de “romper o isolamento”.

O sentido original da comunicação encerra ainda outros importantes sentidos, como a idéia de que o termo comunicação não remete a todo tipo de relação, mas àquela onde haja um fundo de isolamento e existam elementos que se destacam deste fundo; a intenção de quebrar este isolamento e a idéia de algo realizado em comum.

Martina²⁹ destaca que esta acepção do termo deve ser distinguida das outras duas. A primeira se refere à “participação”, no sentido platônico. Para o filósofo grego este termo expressa a relação dos seres sensíveis com as Idéias, exemplificando que uma maçã e um rubi participam da idéia de vermelho, porém uma relação comunicativa não é suficientemente caracterizada quando se verifica a ocorrência de uma mesma propriedade em duas coisas. A segunda é “ter algo em comum”. Apenas por pertencer a mesma comunidade, a “comunicação é um produto de um encontro social”³⁰ designando um processo delimitado no tempo e que não se confunde com convívio.³¹ Ter algo em comum não se refere a um objeto, exprime a relação entre consciências. Para que ocorra tal relação é necessário que as duas consciências obtenham a mesma informação. Para o autor uma informação ou mensagem só se constitui enquanto comunicação em relação àqueles que podem tomá-la enquanto tal, não como coisa, mas sim como algo simbólico. “Para que a página de um livro se transforme em mensagem é

²⁹ idem

³⁰ Martina, Luiz C. De que comunicação estamos falando?, livro preto p.14

³¹ idem

preciso reunir tanto a atividade do leitor, quanto o produto da atividade do escritor (...) um livro na estante não é comunicação, senão a partir do momento dessa interação.”³²

Para Nietzsche, a comunicação guarda uma estreita correlação com o aparecimento da consciência, em sua significação propriamente humana surge do imperativo de se comunicar. Expõe a natureza do processo comunicativo como um fenômeno, simultaneamente, coletivo e individual, fenômeno de consciência³³.

Além da comunicação interpessoal, que ocorre entre duas pessoas; da comunicação grupal, que ocorre entre um indivíduo e um grupo, ou vice-versa; temos a comunicação de massa, ou *media*; que pressupõe certa urbanização. Este tipo de comunicação teve seu desenvolvimento graças a segunda revolução industrial, que dificultou ou impediu a comunicação interpessoal, estabelecendo a dependência de intermediários.³⁴ Intermediários estes que se constituem de pessoas que buscam as informações - os jornalistas, quanto dos meios – tecnologias, que possibilitam sua difusão. Segundo Hohlfeldt³⁵, o estudo das civilizações expõe uma íntima relação entre o surgimento dos sistemas comunicacionais e o desenvolvimento da civilização. Desde a invenção da escrita em 3.500 AC. pelos sumérios, todas as civilizações procuram aperfeiçoar os sistemas de comunicação com a finalidade de garantir melhor governabilidade, fixar em documentos sua história e contar outras histórias, diversificando as

³² Idem p16

³³ Idem p31

³⁴ Antonio hohlfeldt p62

³⁵ Idem P63

narrativas. Johannes Gutenberg daria novo alento com a descoberta do tipo móvel³⁶.

2.2 As Principais Teorias

A complexidade que estes sistemas alcançaram no início do séc. XX inspirou vários estudiosos a realizarem pesquisas no sentido de explicar os fenômenos comunicativos. Estudos com a Teoria Hipodérmica, a Teoria Crítica, a aldeia global de Macluhan e os Estudos Culturais se propõem a trazer um novo alento acerca dos mistérios que cerceiam o mundo da comunicação.

Assim a interpretação da sociedade moderna enquanto sociedade de massa nasce da crítica das condições de vida nos aglomerados urbanos. É no aprofundamento da crítica da desintegração social da sociedade moderna que nasce a formulação da sociedade de massa³⁷. O sociólogo francês Gustave Le Bon (1841-1931) teve grande influência neste desdobramento e tem a especificidade de ter sido um dos primeiros a considerar a massa, ainda aliada a noção de multidão, em suas reflexões. Para o autor

³⁶ Hohlfeldt p86

³⁷ Ferreira p104

...a multidão é uma identidade onde os indivíduos estão submetidos a uma alma coletiva, pois ela tem sua própria natureza. A multidão, como ele descreve, é feminina, impulsiva, móvel, dominada por uma mentalidade “mágica”. Ela é influenciável, seduzida por sentimentos simples e exagerados, tem a moral degradada e é intolerante e autoritária³⁸.

Le Bon deixa transparecer os preconceitos de sua época e chega a estabelecer uma semelhança entre as características de raça com a da multidão; afirma que a combinação de diferentes origens étnicas oferece as peculiaridades da conduta da multidão. Desta maneira, a multidão absorve o indivíduo em uma forma de contágio mental, e tal é impulsionado pelas peculiaridades hereditárias, populares e raciais que compõem uma espécie de “alma coletiva” da massa ou multidão³⁹.

Outro autor que tecerá uma crítica no tocante a nova forma de organização social será Ortega y Gasset. Para ele os meios de comunicação surgem no momento em que a massa é apresentada como algo formado por sujeitos reclusos nos seus espaços privados, recompondo a união destes indivíduos com a sociedade. Ortega y Gasset considera que o homem-massa é um ser abrutalhado, violento, e que causa o esgarçamento da rede social⁴⁰.

O modelo ou paradigma conhecido como “sociedade de massa”, empregado para analisar os meios de comunicação se assentará sobre duas

³⁸ Idem p106

³⁹ Ferreira p106

⁴⁰ idem

noções: de um lado, o imperante arranjo social; de outro, os indivíduos moldado por tal organização.

...o que será mais ressaltado na dependência do indivíduo ou homem-massa será sua subjetividade, totalmente forjada pelas novas modalidades sociais. Logo, o paradigma da “sociedade de massa” colocará em relevo, nos meandros de suas análises dos meios de comunicação, uma leitura sociológica e psicológica, às vezes psicanalítica⁴¹.

Neste contexto, surgiram várias teorias que buscavam delimitar o campo de influência dos *mass media*. Destacam entre elas a Teoria Hipodérmica, a Teoria Crítica, a Agenda Setting, a Espiral do Silêncio, a Aldeia Global de McLuhan e os Estudos Culturais.

2.3 Teoria Hipodérmica: Sociedade de Massa e Behaviorismo

Esta teoria recebe outras denominações como “teoria da seringa” e também “bullet theory” que corroboram a vulnerabilidade dos indivíduos frente aos meios de comunicação de massa. Nela a audiência é comparada aos tecidos do

⁴¹ Idem p107

corpo humano, que alvejado por uma substância (no caso a informação), todo o corpo social é atingido indistintamente⁴².

Esta teoria tem como âncora a teoria social originária da crítica à sociedade moderna, ao considerar que o atrelamento à sociedade do homem moderno foi arruinado em decorrência do colapso dos laços e instituições primárias que teciam a sociabilidade do indivíduo. Neste panorama entrariam em cena os *mass media* que vão recolocar os indivíduos, à sua maneira, na sociedade. A força dos meios de comunicação é originária desta leitura do esgarçamento do tecido social e do indivíduo sob o escudo da psicologia behaviorista. Segundo Ferreira o comportamento humano é reduzido à relação estímulo-resposta. Por este motivo é exaurido de conceitos como atitude, valor, motivo, de toda subjetividade da experiência, sendo visto como pura e meramente reação aos estímulos⁴³.

Se por um lado a teoria social reforça que o indivíduo está isolado e despojado de cultura, de outro a teoria psicológica destaca que ele se comporta segundo os ditames dos estímulos. Neste quadro emergem os meios de comunicação que preenchem o espaço deixado pelas instituições tradicionais (igreja, família, escola), que passam a ditar o modo como os indivíduos se comportarão. Assim meios de comunicação não são objetos de estudo da referida

⁴² Ferreira p107

⁴³ Idem p108

teoria por esta considerar que os impactos são previstos pelo emissor e são dados como certos; fundamentada na teoria sociológica e na psicológica⁴⁴.

2.4 A Teoria Crítica: A Escola de Frankfurt

Este nome é dado ao coletivo de pensadores e cientistas sociais alemães, que entre outros, era formado por Theodor Adorno, Max Horkheimer, Erich Fromm, Hebert Marcuse, Walter Benjamin, Siegfried Kracauer; e na chamada segunda geração, Jürgen Habermas. Devemos a Adorno e Horkheimer a criação do conceito de indústria cultural⁴⁵.

Para estes pesquisadores era inoportuno que a uma ciência especializada fosse incumbida de analisar os fenômenos da comunicação. Esta negativa ocorria porque, entre os temas estudados, os pesquisadores se depararam com a crescente importância dos fenômenos de mídia e da cultura no processo de desenvolvimento do estilo de vida contemporâneo⁴⁶.

Segundo estes estudiosos “as comunicações só adquirem sentido em relação ao todo social, do qual são antes de mais nada uma mediação e, por isso, precisam ser estudadas à luz do processo histórico global da sociedade”⁴⁷.

⁴⁴ Idem p109

⁴⁵ Rüdiger p131

⁴⁶ Rüdiger p132

⁴⁷ idem

Os frankfurtinianos partiam da perspectiva de que a sociedade de massa deve ser vista a partir da noção acerca do desenvolvimento da razão, desdobrada enquanto razão emancipadora e razão instrumental. A primeira é resgatada numa perspectiva iluminista, que suscita luz e liberdade ao homem. A segunda, a razão instrumental, representará o tipo de desenvolvimento que teve a sociedade moderna⁴⁸. Para Adorno, a razão perdeu seu caráter autônomo, abandonou seu senso crítico e transformou-se em artifício para administrar o *status quo*⁴⁹.

A indústria cultural se fixa num contexto em que a sociedade é caracterizada pela imposição da força, apoiada pela racionalidade técnico-instrumental, pela representação de um indivíduo fraco e vulnerável, que vive uma identidade sugerida pela sociedade e conduzida pela industrialização da cultura. O homem-massa adere as proposições que a sociedade emana sem uma postura contestatória⁵⁰.

2.5 Agenda Setting e a Espiral do Silêncio

⁴⁸ Ferreira p109

⁴⁹ Idem p110

⁵⁰ idem

Estas duas hipóteses trabalham com o viés massificante sob a égide da imposição dos meios de comunicação de massa sobre os indivíduos. A diferença ocorre na forma como essas correntes detectam a massificação.

Para o *agenda setting*, a massificação acontece na permuta dos temas midiáticos enquanto temas do público, ou seja, os meios de comunicação inculcam seus temas nas conversas do dia-a-dia. Esta hipótese arquiteta sua hipótese afirmando que “a influência não reside na *maneira* como os *mass media* fazem o público pensar, mas *no que* eles fazem o público pensar”⁵¹. Se de um lado, a teoria crítica observava a massificação pelo que os meios de comunicação não levam as pessoas a pensar, de outro, o agendamento constrói a massificação como consequência daquilo que o público vai pensar.

Segundo FERREIRA⁵², o agendamento se forja por dois viés. Primeiramente, existe a tematização sugerida pelos *mass media* conhecida como ordem do dia, que se tornam os temas que o público irá transferir para suas conversas diárias. Em segundo lugar, o efeito que este provoca também é visto um pouco mais além, há uma hierarquia que determina quais temas constarão na agenda dos media, aqueles que não forem considerados de grande relevância pelos meios de comunicação recebem o mesmo grau de importância junto ao público. “Existe, então, uma relação direta e íntima entre a agenda mediática e a do público, efetuada pela ordem do dia e pela hierarquização temática”⁵³.

⁵¹ Ferreira p.111-112

⁵² idem p112

⁵³ Ferreira p.112

O *agenda setting* não descarta as relações interpessoais, como ocorre na teoria hipodérmica, entretanto, estas relações não geram os temas. Elas são geradas e se alimentam daquilo que é proposto pelos meios de comunicação.

No entanto, Hohlfeldt⁵⁴ adverte para a importância das características pessoais que influem na formação de uma agenda; para que um tema se transforme em assunto das conversas do dia-a-dia depende do nível de relevância ou importância que o público lhe atribui, além da necessidade de orientação em torno do tema que o receptor apresentará.

...o agendamento somente ocorrerá de maneira eficiente quando houver um alto nível de percepção de relevância para o tema e, ao mesmo tempo, um grau de incerteza relativamente alto em relação ao domínio do mesmo, levando o receptor a buscar informar-se com maior intensidade a respeito daquele assunto⁵⁵

A espiral do silêncio proposta por Elisabeth Noelle-Neumann, parte do princípio de que os seres humanos apresentam uma tendência de evitar o isolamento, associando-se às opiniões dominantes. Para evitar o alto custo social advindo da defesa de posições minoritárias, os seres humanos exibem uma tendência ao silêncio. Esta hipótese “ressalta, por sua vez, a imposição dos *mass*

⁵⁴ P. 198

⁵⁵ idem p199

media, não pela força de agendar temas a serem conversados, mas pela força de provocar o silêncio”⁵⁶.

Entre o indivíduo e os meios de comunicação de massa se encontram os grupos sociais que podem penitenciar os que não estão em sintonia com as opiniões dominantes. Desta maneira, esta hipótese realiza uma aproximação da noção de opinião pública sobre os temas dos *mass media* e a repercussão que eles apresentam no público.

A autora destaca que o ponto central de sua hipótese é a “capacidade que ela reconhece nas pessoas de perceberem o que por ela é denominado de clima de opinião, independentemente do que essas pessoas sintam”⁵⁷. Os indivíduos ao perceberem ou imaginarem que a maioria das pessoas tem uma opinião diferente da deles, acabam por se calarem e, posteriormente, adequam sua opinião, ainda que muitas vezes apenas verbalmente, à da maioria. Desta maneira, a opinião que de início poderia não ser a maioria, acaba por tornar-se “majoritária, na medida em que se expressa num crescente movimento de verbalização, angariando prestígio e alcançando a adesão dos indecisos”⁵⁸.

Noelle-Neumann considera que a opinião pública se constitui enquanto opinião da maioria que pode e chega a se propagar livremente, na medida em que os *mass media* sejam acessíveis.

⁵⁶ Ferreira p113

⁵⁷ hohlfeldt p230

⁵⁸ idem p231

...dito de outro modo, a opinião pública é um processo de interação entre as atitudes individuais e as crenças individuais sobre a opinião da maioria. Pela influência provocada na audiência pelos *mass media* chega-se à confluência do que seja a opinião majoritária.⁵⁹

Assim, a espiral do silêncio ocorre à medida que a influência, provocada nos indivíduos pelo que eles consideram ser a opinião da maioria, ocorra em um movimento constante; desta maneira, aqueles que se opõem se silenciem ou sejam silenciados. A autora destaca alguns pressupostos que sustentariam sua hipótese: os indivíduos com desvio de conduta sofrem ameaças da sociedade e experimentam um continuo medo ao isolamento; para evitar este isolamento, os indivíduos tentam avaliar constantemente o clima de opinião; o comportamento exibido pelo individuo em público é influenciado pelos resultados desta avaliação, principalmente no que se refere à expressão ou ocultamento das suas opiniões⁶⁰.

Para Mauro Wolf

...a situação social em que cada um acredita ser o único a pensar algo de certo modo e não expressa sua própria opinião por temor de violar um tabu moral ou uma regra indiscutível, ou pro medo de ser impopular. Quando ninguém concorda com uma norma, mas cada um pensa que todos os demais concordam com ela, o resultado final é como se todos concordassem com aquela norma⁶¹.

⁵⁹ Noelle-Neumann in hohlfeldt p231

⁶⁰ hohlfeldt p235

⁶¹ Wolf, M. in hohlfeldt p236

O autor afirma ainda que

...o ponto crucial da espiral do silêncio é, segundo minha opinião, a observação de que os mídia não se limitam a representar as tendências da opinião pública, mas que ao contrário, lhe conferem concretamente forma e desenvolvimento⁶².

Ainda segundo Mauro Wolf⁶³, não se deve dizer que os *mass media* instituem a opinião pública enquanto os deslocamentos de tendência não se verifiquem de modo autônomo em relação à ação dos meios de comunicação, que estão estreitamente vinculados a ela.

2.6 A Aldeia Global de Mcluhan

O canadense Marshall Mcluhan destacou-se por, na década de 60, cunhar o termo aldeia global, que encerra o pensamento deste autor acerca do progresso científico. Para ele, o desenvolvimento experimentado pela humanidade seria capaz de eliminar as injustiças sociais.

⁶² :idem p238

⁶³ :idem

No seu primeiro livro, *The Mechanical Bride. Folklore of Industrial Man* (A Noiva Mecânica, Folclore do Homem Industrial) lançado em 1951, segue a perspectiva crítica da cultura de massas, adequando a técnica clássica da explicação de textos à publicidade americana desmascara os pressupostos de ordem econômica, social e política, subjacentes a cada anúncio⁶⁴. Nesta sua abordagem inicial da questão comunicacional, estabelece uma dura análise do folclore do homem industrial⁶⁵.

Com os livros *The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man* (A Galáxia de Gutenberg: A Formação do Homem Tipográfico), de 1962; e *Understanding Media* (Compreender os Meios de Comunicação), de 1964; abandona a função crítica e volta-se contra a elite intelectual que questionava o desenvolvimento industrial.

Sobre esta teoria, Mattelart⁶⁶ afirma que

...este profecismo técnico usa a história da Igreja como fonte de inspiração teórica. McLuhan não se cansa de dizer que o grande sismo que abalou o corpo da comunidade e a desmembrou aconteceu na Idade Média. Se a Igreja se desuniu nessa época, se se perdeu a unidade mística que tinha conseguido restaurar, foi por causa da tecnologia. A cultura medieval, baseada no manuscrito, implodiu por efeito da revolução de Gutenberg, que esborrachou um estilo de vida em comum e pôs no seu lugar uma comunidade massificada, em que cada indivíduo pôde

⁶⁴ MATTELART, Armand. História da Utopia Planetária: da cidade profética à sociedade global. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2000 p286

⁶⁵ CÁDIMA, Rui F. História e Crítica da Comunicação. Lisboa: Edições Século XXI, 2002 p123

⁶⁶ MATTELART, Armand. História da Utopia Planetária: da cidade profética à sociedade global. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2000 p287

tornar-se um leitor, e em que a literatura se tornou uma experiência privada.

Para Cádima⁶⁷, a Galáxia de Gutemberg é uma análise daquilo que Mcluhan assinala por estado de catelepsia, de *numbness*, em que a tecnologia tipográfica fez imergir o Ocidente. Para Mcluhan, o inventor do tipo móvel encerra o pecado original que funda a modernidade e a sociedade industrial. O autor observa a passagem de uma cultura tribal, fechada, estável, de relações totais para uma cultura destribalizada, visual. É o nascimento do homem alfabetizado, de consciência fragmentada é a emergência do processo de individualização e especialização.

O processo de alienação do homem teria se contemplado. Mcluhan não considera a mulher em seus estudos porque, para ele, a mulher é a última criatura a ser civilizada; ela mantém a figura da alteridade, já que seu processo de fragmentação e especialização é tardio. O autor de A Galáxia de Gutemberg considera que a tipografia ocasionou a primeira utilidade reproduzível de maneira uniforme; a primeira linha de montagem; a primeira produção em série. São decorrências da extensão tipográfica do homem os mercados de massa, industrialismo, o nacionalismo, da mesma forma que a cobrança de uniformidade social e da fragmentação individual⁶⁸.

⁶⁷ CÁDIMA, Rui F. História e Crítica da Comunicação. Lisboa: Edições Séclo XXI, 2002 p.124

⁶⁸ Idem

2.7 Estudos Culturais

O campo dos Estudos Culturais surge por meio do *Centre of Contemporary Cultural Studies* (CCCS), diante da alteração dos valores tradicionais da classe operária da Inglaterra do pós-guerra. Richard Hoggart funda em 1964 o centro que surge ligado ao *English Department* da Universidade de Birmingham. Compõem o eixo dos estudos do centro as relações da cultura contemporânea com a sociedade, ou seja, das instituições, das formas e práticas culturais com a sociedade e as mudanças que ocorrem nesta.⁶⁹

São identificados como as fontes dos Estudos Culturais três textos que surgiram ao final da década de 50: *The Uses of Literacy* de Richard Hoggart, publicado em 1957; *Culture and Society* de Raymond Williams, de 1958; *The Making of The English Working-class*, publicado em 1963 por E.P Thompson.⁷⁰

Hoggart realiza uma pesquisa em que a atenção recai sobre materiais culturais, que outrora foram desprezados, da cultura popular e dos *mass media*. Este trabalho dá início ao olhar que no âmbito popular não existe somente submissão, também há resistência; posteriormente, este tema será retomado pelos estudos de audiência dos mídia.⁷¹

⁶⁹ Escosteguy p152

⁷⁰ idem 152

⁷¹ idem

Williams contribui de maneira fundamental a partir de *Cultural and Society*, por meio do olhar diferenciado sobre a história literária e demonstra que a cultura é uma categoria-chave, que une análise literária com investigação social. Com o livro *Long Revolution*, de 1961, avança na demonstração da magnitude do debate contemporâneo sobre o impacto cultural dos meios de comunicação de massa, deixando transparecer um certo pessimismo em relação à cultura popular e mesmo aos *mass media*.⁷²

Thompson influencia o desenvolvimento da história social britânica dentro da tradição marxista. Segundo a autora, “para ambos, Williams e Thompson, cultura era uma rede viva de prática e relações que constituíam a vida cotidiana, dentro da qual o papel do indivíduo estava em primeiro plano”⁷³. Thompson resistia ao juízo de cultura enquanto uma forma de vida global; entendia embate de modos de vida distintos.

Ao assumir a direção do Centro, posto antes ocupado por Hoggart, Stuart Hall impulsionou o desenvolvimento da investigação de resistência de subculturas e de análises dos meios de comunicação; identificou sua importância na direção da sociedade; em momentos de intenso embate teórico, atuou como um “aglutinador”, mas também soube atuar destravando debates teórico-políticos, reunindo inúmeros projetos coletivos.

⁷² :idem

⁷³ :idem

Os três autores que foram considerados os fundadores dos Estudos Culturais compartilham da preocupação que abrangem as relações entre cultura, história e sociedade. O que os une é uma abordagem que insiste em afirmar que através da análise da cultura de uma sociedade (...) é possível reconstituir o comportamento padronizado e as constelações de idéias compartilhadas pelos homens e mulheres que produzem e consomem os textos e as práticas culturais daquela sociedade. É uma perspectiva que enfatiza a “atividade humana”, a produção ativa da cultura, ao invés de seu consumo passivo⁷⁴

A tradição que iniciou com este grupo de pesquisadores faz uma análise das práticas culturais considerando-as, concomitantemente, como formas simbólicas e matérias. Desta maneira, postula que a concepção cultural situa-se na esfera social e econômica, dentro do qual a criatividade é condicionada. A perspectiva marxista contribui com os Estudos Culturais, que conferem à cultura um papel que não é inteiramente elucidado pela esfera econômica, no sentido de compreender a cultura na sua autonomia relativa, ou seja, ela não depende das relações econômicas, nem seu reflexo, mas tem influência e sofre conseqüências das relações político-econômicas. O conceito expandido de cultura rompeu com um passado em que se identificava cultura exclusivamente com artefatos. Trouxe o foco para toda a produção de sentido e, ressaltando a noção de cultura como prática, dá ênfase ao sentido de ação⁷⁵.

Os Estudos Culturais não se constituem enquanto disciplina, mas sim, como uma área onde distintas disciplinas interagem, visando o estudo de aspectos culturais da sociedade; ampara-se principalmente no marxismo. Esta tradição

⁷⁴ Storey in ... p.155

⁷⁵ idem p156-157

apresenta, nas suas origens, um forte laço com o movimento de educação de adultos em salas de aula não-convencionais⁷⁶.

Outra forma de se caracterizar os Estudos Culturais é a pluralidade de objetos de investigação, decorrência da convicção da impossibilidade de abstrair a análise da cultura das relações de poder e das estratégias de transformação social. No início da década de 70, o desenvolvimento mais importante concentrou-se em torno da manifestação de várias subculturas que evidenciavam uma certa oposição a alguns aspectos da estrutura dominante de poder. A partir da segunda metade da mesma década, os meios de comunicação não eram vistos somente como veículos de entretenimento, mas também como aparelhos a serviço da ideologia do Estado, visto a importância crescente dos *mass media*⁷⁷.

Começada a segunda metade da década, nota-se uma mudança de interesse do que está ocorrendo na tela para o que está na sua frente, uma mudança do texto para a audiência. Porém, ainda nos anos 70 surgem os trabalhos em torno das diferenças de gênero. Hall assinala o feminismo como uma das rupturas teóricas determinantes que desvirtuou uma prática nos Estudos Culturais e reorganizou sua agenda. Destaca sua influência nestes aspectos:

...a abertura para o entendimento do âmbito pessoal como político e suas conseqüências na construção do objeto de estudo (...); a expansão da noção de poder que, embora bastante desenvolvida, tinha sido apenas trabalhado no espaço da esfera pública; a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão da própria

⁷⁶ idem p160

⁷⁷ idem p160

categoria “poder”; a inclusão de questões em torno do subjetivo e do sujeito e, por ultimo, a “reabertura” da fronteira entre teoria social e teoria do inconsciente-psicanálise⁷⁸.

Inicialmente a preocupação destes estudos era analisar como esta categoria estrutura e é estruturada nas formações sociais. De início, o desafio foi pesquisar a imagem da mulher nos meios de comunicação e, em um momento posterior, travou-se um embate em torno da temática dos afazeres domésticos⁷⁹.

A partir da década de 80, o CCCS começa a perder força como reduto de difusão dos Estudos Culturais, que começam a ser realizados em outros territórios. A reflexão a propósito das “novas condições de constituição das identidades sociais e sua recomposição numa época em que as solidariedades tradicionais estão debilitadas”⁸⁰; transforma-se no foco central das pesquisas. Passou-se às análises que combinam estudo do texto com pesquisa de audiência. Estudos realizados nos anos 90 indicam que a linha de investigação de audiência continua. Escosteguy⁸¹ destaca que

...cada vez mais o objeto de investigação se diversifica e se fragmenta. Contudo, no ponto de encontro destas duas frentes, meios de comunicação e Estudos Culturais, identifica-se uma forte inclinação em refletir sobre o papel dos meios de comunicação na constituição de identidades.

⁷⁸ idem p162

⁷⁹ idem p164

⁸⁰ idem

⁸¹ p 167

Esta reflexão sobre a constituição das identidades e a influência que esta recebe dos *mass media* tornou-se a principal questão desse campo de estudos na atualidade.

3. COMUNICAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS

3.1 A Comunicação Popular e a Importância da Recepção: a Teoria Crítica Latino-Americana.

Formas populares de contestação e de expressão sempre existiram, mas é no final da década de 70, início dos anos 80, que os acadêmicos se interessam pela comunicação popular. Fruto do contexto social que redimensionava as lutas populares pelos partidos políticos, novos movimentos e organizações populares que surgem para defender os direitos das classes subalternas, nascem tanto pelas condições objetivas de espoliação quanto pelo crescimento da compreensão popular das condições imediatas de existência⁸². Formas alternativas de mídia divulgam as vanguardas da cultura popular, pressupondo, um público que elabora seus produtos, ao invés de consumir passivamente as mensagens transmitidas pelos *mass medias*. Invoca o conceito de audiência ativa, que se compõe de pessoas que cultivam uma relação dinâmica com determinados movimentos sociais, estabelecendo algo como uma esfera pública alternativa⁸³.

⁸² PERUZZO, Cicília Maria K. Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

⁸³ Arlindo machado in DOWNING, John D.H. Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2002

No entanto, Paulo Freire⁸⁴ lembra que o agente social não pode se constituir enquanto “agente de mudança”; os indivíduos com que trabalha não podem ser considerados simplesmente como objeto de sua ação, pois são tão agentes quanto ele. Não considerar isto não libertaria estes indivíduos de sua condição de manipulados, conduzidos, domesticados. E na revisão do papel do receptor pelos estudiosos da comunicação, “o receptor deixava de ser identificado com a massa amorfa e uniforme, passiva e manipulável, passando a ocupar o lugar do dominado”.⁸⁵

A admissão do estudo da comunicação popular alterou a pauta da teoria da comunicação e novas referências metodológicas e teóricas foram incorporadas aos estudos; foi necessário que se deslocasse o espaço universitário, era preciso ir aos bairros populares para realizar os estudos. Segundo Berger⁸⁶, deixou-se de lado a exclusividade de tratar de meios, canais e mensagens, para abordar a cultura. Para a autora

Trazer a comunicação popular para o espaço da cultura fez introduzir a dimensão do conflito (...) histórico do qual o popular se define enquanto movimento de resistência (...). E, conseqüentemente, a idéia de ação, práxis. A comunicação popular é uma prática em conflito (...) interclasses, mas também intraclasses. Ou seja, o estudo da comunicação popular redefiniu o próprio conceito de popular, superando a versão populista e idealista, para quem povo é consciência de classe em oposição à massa despolitizada⁸⁷.

⁸⁴ FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação. 6ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p44

⁸⁵ Berger

⁸⁶ idem livro preto

⁸⁷ Berger in PERUZZO, Cícilia Maria K. Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998. p.113-114

Para Adorno⁸⁸, a cultura era uma expressão das visões e anseios do público e apresentava um intrínseco potencial de oposição. Entretanto, Barbero⁸⁹ insiste que entre a cultura popular e a cultura de massa, ocorre uma interpenetração, ou seja, a cultura de massa é alimentada e alimenta as manifestações de cultura popular. Lembra que as indústrias de cultura de massa de sucesso destacam elementos da cultura popular. Este dualismo pressupõe a cultura popular como uma expressão do “bem”; no entanto, este modo de enxergar as manifestações populares esconde uma falha: a cultura popular também pode ser elitista, racista, depreciativa, etc. Como exemplo temos os papéis negativos que mulheres e meninas tem nos contos de fada⁹⁰.

A bibliografia latino-americana revela que as designações popular e alternativa são usadas de maneira indiscriminada, porque são entendidas desde o objetivo de - Berger citando Matta - “buscar alterar o injusto, alterar o opressor, alterar a inércia histórica que traz dominações sufocantes”⁹¹. O sentido da comunicação popular se inscreve no seio das transformações sociais e não somente nas modificações técnicas sofridas pela sociedade, revela um caráter de aversão ao *status quo*⁹².

⁸⁸ DOWNING, John D.H. Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2002 p.34

⁸⁹ Idem p.36

⁹⁰ DOWNING, John D.H. Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2002 p.36

⁹¹ Berger livro preto

⁹² PEREIRA, Lúcia H Mendes. Comunicação popular: para além do bem e do mal. Disponível em:< www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-lucia-comunicacao-popular.pdf>. Acessado em 26 set. 2005 p2

A importância da comunicação popular na pesquisa em comunicação nasce a partir da valorização de setores críticos aos processos de democratização na América Latina que se acha atrelada ao conteúdo que o popular adquiriria: novas mediações e articulações da sociedade civil, sentido social dos conflitos para além das vinculações político-partidárias, reconhecimento de experiências coletivas⁹³. Procura dismantelar a idéia de “consciências ocas”, que revela uma subestimação do poder de refletir, de assumir o papel de sujeito da procura pelo conhecimento, do homem simples, que não está seguro de sua própria capacidade por introjetar o mito de sua ignorância absoluta⁹⁴. É um instrumento democrático, de conscientização, de mobilização, de educação política e manifestação cultural de um povo ou grupo. Resistência e esperança por uma nova sociedade. Busca trazer o sujeito novamente para o centro das ações⁹⁵.

Para Peruzzo⁹⁶, esta “nova” comunicação representou um movimento de denúncia e de reivindicação por transformação nas condições precárias de existência que vivia a grande maioria, como também contra as restrições à liberdade de imprensa. É resultado de um processo que se realiza na dinâmica dos movimentos populares, de acordo com suas necessidades. Apresenta uma relativa independência da pauta dos poderes constituídos e, às vezes, opõe-se a um ou mais elementos dessa pauta. Constitui-se enquanto componente da cultura popular e do tecido social e não se conserva em um território político particular. É

⁹³ Berger p265

⁹⁴ FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação. 6ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 p.46-49

⁹⁵ PEREIRA, Lúcia H Mendes. Comunicação popular: para além do bem e do mal. Disponível em:<www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-lucia-comunicacao-popular.pdf>. Acessado em 26 set. 2005 p3

⁹⁶ PERUZZO, Cícilia Maria K. Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998. p115

um fenômeno muitas vezes radical em determinados aspectos, mas em outros não. Seu papel é conservar viva a visão de como as coisas deveriam ser, até o período na história que seja plausível torna-las real⁹⁷.

Para Downing⁹⁸, cabe a comunicação popular a função não apenas de prover os fatos que são negados ao público, como igualmente de estudar novos contornos para desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico e fortalecer o sentimento de confiança do público em seu poder de conceber modificações construtivas na sociedade. Para o autor, a comunicação popular poderia ser facilmente explanada de duas maneiras:

como necessária para construir a contra-hegemonia, mas desfrutando um poder apenas temporário, somente nos momentos de tensão política, ou como parte do anseio de expressar o disruptivo e profundamente arraigado descontentamento das massas⁹⁹.

Scott¹⁰⁰ discorre sobre os “transcritos ocultos” e a “infrapolítica”; usando estes dois termos para referir-se a coisas similares. Cada classe social ou grupo divergente tem uma declaração pública e uma privada, que circula apenas no grupo. A infrapolítica expressa os níveis reais e privados de resistência e raiva, frente não só a opressão econômica. A infrapolítica das classes subordinadas

⁹⁷ DOWNING, John D.H. Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2002 p.39-41

⁹⁸ Idem p.50

⁹⁹ DOWNING, John D.H. Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2002 p50

¹⁰⁰ Idem p50-51

desabrocha em uma cadeia de atos de resistência, alguns muito sutis, alguns propositalmente ambíguos, de modo que não seriam suficientes para suscitar retaliações. No caso das elites serve para revelar sua repulsa para com as classes subalternas. Esta análise revela que a importância da comunicação popular reside no fato de ser a primeira que articula e dissemina as questões, as análises e os desafios dos movimentos populares.

Para Dewey e Lippman¹⁰¹, a comunicação popular oferece as oportunidades de informação e comunicação para que ocorra de maneira efetiva a deliberação. Segundo Williams¹⁰², quando os meios de comunicação se abrirem à participação popular, uma cultura comum e de democracia viva seria estimulada e sustentada. A comunicação popular contribui para o desenvolvimento de uma estrutura de comunicação democrática, de maneira mais incisiva que os *mass medias*, ainda que não se constitua necessariamente enquanto oposição, considerando a escassez de recursos¹⁰³.

Outra contribuição à comunicação popular veio de Macpherson¹⁰⁴ e seu conceito de poder de desenvolvimento. O referido autor discorre sobre o desígnio básico do poder numa democracia, o poder de desenvolvimento. Este representa as possibilidades positivas de realização humana inerente à vida social cooperativa; é a oportunidade que os elementos do público tem de usar e ampliar suas competências e, que tem sido abandonado na constituição da vida

¹⁰¹ Ibidem p78

¹⁰² DOWNING, John D.H. *Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: SENAC, 2002

¹⁰³ Idem p79

¹⁰⁴ Ibidem p79-80

econômica e política. Esta noção pode ser empregada como alicerce para as noções de contra-hegemonia e de esferas públicas alternativas. A comunicação popular atua como agente do poder de desenvolvimento.

Em primeiro lugar, (...) expande o âmbito das informações, da reflexão e da troca a partir dos limites hegemônicos, geralmente estreitos, do discurso da mídia convencional. Isso se dá, em parte pelo fato de ser bastante numerosa. Em segundo lugar, ela freqüentemente tenta ser mais sensível do que a mídia convencional às vozes e aspirações dos excluídos. Muitas vezes, tem estreita relação com algum movimento social em andamento (...). Em terceiro lugar, (...) não precisa censurar-se para atender aos interesses dos mandachuvias da mídia, do entrincheirado poder estatal e das autoridades religiosas. Em quarto, sua própria organização interna é muitas vezes mais democrática que hierárquica¹⁰⁵.

Para Downing¹⁰⁶, manifestações como o teatro de rua, a dança, os pôsteres, a paródia, a sátira, os cartuns, a arte performática, o grafite, a musica popular entre outras, constituem formas evidentes de comunicação popular, cuja carga argumentativa não esta amarrada a uma argumentação lógica, mas de sua força concentrada e esteticamente concebida.

...há importantes razões para justificar por que a mídia radical não pode simplesmente preconizar princípios corretos, propiciar o debate necessário, expor as operações ocultas da estrutura do poder, defender contra abusos e ser esteticamente estimulante. Ela também

¹⁰⁵ DOWNING, John D.H. Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2002 p81

¹⁰⁶ Idem p92

precisa organizar-se de modo a promover a capacidade de desenvolvimento em suas próprias fileiras, a fomentar a participação dos grupos historicamente excluídos em todas as decisões, contribuindo assim, em todos os níveis, para que as ilhas se transformem num arquipélago. Isso não quer dizer que só existe um único modelo bem-sucedido de autogestão (...). Mas a organização democrática (...) precisa expressar a democracia dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que apresenta uma abordagem totalmente realista dos aspectos práticos.¹⁰⁷

As investigações neste novo campo necessitam que a teoria abarque os processos no seu contexto mais amplo em que se realizam; estes estudos devem ir além do meio de comunicação em si; é necessário que se considere a dinâmica em que esta se insere.

Em um primeiro momento a comunicação popular foi identificada como aquela comunicação simples, limitada, produzida quase artesanalmente. Posteriormente, deixou de se referir ao instrumento, passando para a mensagem, expressando os interesses das classes subalternas; seu conteúdo era crítico-libertador. Em um terceiro momento surgiram os que consideravam que o alternativo estaria no processo de criação conjunta, diálogo, construção de uma realidade na qual o indivíduo seja sujeito pleno¹⁰⁸. Para Freire¹⁰⁹, o diálogo traz ganho em solidez, em segurança, em auto e interconfiança.

¹⁰⁷ Ibidem p117

¹⁰⁸ PERUZZO, Cícilia Maria K. Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998. p123

¹⁰⁹ FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação. 6ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 p51

Quando se fala de comunicação popular é necessário destacar que o termo “popular” envolve conotações diversas. Peruzzo¹¹⁰ destaca três: o popular-folclórico; o popular-massivo e o popular-alternativo. Para a primeira corrente, o popular está presente em manifestações folclóricas, festas, ritos, danças, crenças, costumes. O termo abarca o mundo das expressões tradicionais e genuínas do povo.

Para a segunda corrente, a caracterização do popular circunscreve a órbita da indústria cultural e está pautada por três estudos, cada qual com sua definição:

- a) na apropriação e incorporação das linguagens, da religiosidade, e de outras características da cultura do povo pelos meios de comunicação de massa;
- b) nos meios massivos e em certos programas de elevado poder de penetração, influência e aceitação, a exemplo de “fenômenos de audiência” como as novelas e os programas Silvio Santos, Faustão (...) e outros desse tipo que podemos caracterizar como mais “popularescos”;
- c) em programas massivos sintonizados com as problemáticas de bairro ou comunitárias, os quais, entendidos em geral como de utilidade pública, abrem espaço para as pessoas fazerem denúncias, pedirem esclarecimentos ou externarem reivindicações quanto a questões que afetam interesses comuns a determinados grupos de pessoas.¹¹¹

¹¹⁰ p118

¹¹¹ PERUZZO, Cícilia Maria K. Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998. p118

Para a terceira corrente, o termo situa-se na esfera dos movimentos sociais; a comunicação popular ocupa-se da comunicação no contexto das organizações e movimentos populares ligados as classes menos favorecidas. Esta corrente subdivide-se em duas correntes:

A primeira, surgida logo no início dos anos oitenta, concebe a comunicação popular como libertadora, revolucionária, portadora de conteúdos críticos e reivindicativos capazes de conduzir à transformação social; ela concretizar-se-ia pelos meios “alternativos”, como contracomunicação da cultura subalterna, (...); a segunda, que apareceu no início dos anos noventa em função das reelaborações ocorridas no âmbito da sociedade civil, tem uma postura mais dialética e mais flexível; considera que a comunicação popular pode inferir modificações em nível de cultura e contribuir para a democratização dos meios comunicacionais e da sociedade, a cuja transformação imediata ela não consegue levar, por suas limitações e contradições e sua inserção numa grande diversidade cultural; e, por concretizar-se em espaço próprio, ela não se contrapõe a comunicação massiva.¹¹²

Esta corrente é entendida por seus estudiosos como uma realização da sociedade civil e por isso, é capaz de sofrer as modificações impostas pelo contexto.

No Brasil, os anos de colonização, escravidão e da ditadura deixaram marcas profundas para o surgimento de uma cultura de participação política das

¹¹² idem p119

classes populares; o auge ocorreu durante o regime militar, pois vários jornalistas e outros profissionais que foram demitidos de outros veículos de comunicação porque foram perseguidos pelos militares, engajaram-se nos veículos de comunicação popular impressa; posteriormente o movimento conhecido como “caras pintadas” demonstraram a força da comunicação popular¹¹³.

A eclosão do terceiro setor no país encontra a comunicação popular engatinhando, muitas destas organizações tornam-se descrentes das virtudes da comunicação porque confiam a tarefa a profissionais treinados em um pensamento único; não estão preparados para lidar com a comunicação popular porque, segundo Pereira¹¹⁴, “os comunicólogos são facilitadores das mediações, a interface entre as linguagens populares e as linguagens tecnológicas, o que exige muito mais sensibilidade, criatividade, engajamento”.

3.2 Movimentos Sociais

O termo foi empregado de diferentes maneiras, aludindo às diversas manifestações políticas e sociais ocorridas a partir do século XIX. Os movimentos sociais passam a existir no momento em que as organizações políticas tradicionais perdem a fé da população, a idéia de não querer delongar para o

¹¹³ PEREIRA, Lúcia H Mendes. Comunicação popular: para além do bem e do mal. Disponível em:< www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-lucia-comunicacao-popular.pdf>. Acessado em 26 set. 2005 p11

¹¹⁴ Idem

futuro o anseio de uma sociedade livre e humana, é abordada como realização prática na luta diária pela sobrevivência¹¹⁵.

Uma antiga classificação referia-se à multidão em desordem, à insurreição popular, operando com insensatez, tomada unicamente pelas emoções impetuosas e impulsivas. Em contraste com este está o modelo que analisa os movimentos sociais enquanto atores sociais; as classes menos favorecidas necessitam da criação de mecanismos para exercer influência no debate político. Esses recursos se constituíam enquanto ações praticadas pela coletividade, como as greves, passeatas, bloqueios; ações estas que sofriam uma cuidadosa reflexão¹¹⁶.

O terceiro exemplo de caracterização salta no que os estudiosos chamam de novos movimentos sociais, como o ecologista, o feminista. Estas novas manifestações diferenciam-se dos primeiros movimentos porque seus objetivos conservavam uma relação mais próxima do senso de crescimento e de identidade. O que se torna importante é a identidade coletiva¹¹⁷.

Não obstante os avanços científicos e tecnológicos, a situação do homem não é aceitável porque não alcançou “a emancipação universal de todas

¹¹⁵ KÄRNEN, Hartmut. Movimentos Sociais: revolução no cotidiano. Opud Mihailo Markovic. In SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, PAULO J. (org). Uma revolução no Cotidiano? Os novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987 p20

¹¹⁶ DOWNING, John D.H. Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2002 p56

¹¹⁷ DOWNING, John D.H. Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2002

as formas de miséria e escravidão: política e econômica, material e espiritual, externa e interna”¹¹⁸.

Os movimentos sociais não passam a existir primeiramente de razões econômicas, seja nos países industrializados ou não. Determinados estudos expuseram que a pobreza nos países subdesenvolvidos induz antes à apatia e ao individualismo. Nos países ricos as formas de opressão conduzem a ações que reivindicam aumento salarial¹¹⁹.

O Estado é designado para repor política e juridicamente as duas condições indispensáveis da sociedade civil e esta, por si mesma, não é capaz de repor a igualdade e a liberdade; entretanto a sociedade, ao passo que precisa, não pode efetua-las como práticas, uma vez que sua prática se efetua pela exploração, desigualdade exploração e opressão¹²⁰.

Assim surgem movimentos sociais que não reivindicam interesses ao Estado; atuam em nome da liberdade e da igualdade pela criação de novos direitos. Constituem a essência do exercício democrático enquanto ações populares que visam ao reconhecimento de direitos civis e políticos¹²¹.

Alguns traços desse movimento valem a pena reter:

¹¹⁸ KÄRNEN, Hartmut. Movimentos Sociais: revolução no cotidiano. Opud Mihailo Markovic. In SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, PAULO J. (org). Uma revolução no Cotidiano? Os novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987 p22

¹¹⁹ KÄRNEN, Hartmut. Movimentos Sociais: revolução no cotidiano. In SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, PAULO J. (org). Uma revolução no Cotidiano? Os novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987 p23

¹²⁰ CAHUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2000 p280

¹²¹ Idem p284

...em primeiro lugar, não pretendem falar em nome da sociedade como um todo, mas em nome das diferenças que desejam ver reconhecidas e respeitadas como tais; em segundo lugar, não pretendem estabelecer prioridades quanto ao reconhecimento de sua existência face a outros movimentos, mas cada qual coexiste com os demais, seja de modo conflitante, seja de maneira convergente; em terceiro lugar, não pretendem que o reconhecimento de sua existência e de seus direitos tenha como condição a tomada do Estado, mas passam pela reelaboração prática da idéia e do exercício do poder que não é identificado exclusivamente com o do Estado. Surgem, pois, como um contra-poder social¹²².

Habermas¹²³ discorre sobre a importância destes novos movimentos sociais, que

...desencadeiam o papel libertador frente à colonização /alienação exercida pelos sistemas. Há um novo potencial de protesto intrínseco à organização de movimentos sociais que estão despontando no atual contexto histórico das sociedades complexas (pós-modernas). A novidade está diretamente relacionada à lógica fundante desses movimentos, que superam a razão funcionalista presa ao próprio desenvolvimento da economia/política e demais sistemas de controle das sociedades modernas. Os novos movimentos constituem-se pela heterogeneidade de motivação que está na sua origem e, dessa forma, fogem à clássica modalidade do movimento operário ou das revoluções burguesas. A característica que identifica esses novos movimentos enquanto potencial emancipatório é a superação das formas clássicas de organização, que estavam diretamente relacionadas com a reprodução material da vida em sociedade.

¹²² Idem p284-285

¹²³ ZITKOSKI, J J. Horizontes da refundamentação em Educação Popular: uma proposta com base na razão dialógica de Freire e na razão comunicativa de Habermas. Rio Grande do Sul: URI,200 p317 p316

Os movimentos sociais são percebidos enquanto processo coletivo e comunicativo de protesto que não essencialmente dirige-se contra o determinante de uma ocasião. O indivíduo isolado possui capacidade para reconhecer sua opressão, porém, somente um processo de reflexão e organização entre pessoas que convivem com a mesma realidade é capaz de superá-la¹²⁴.

A teoria marxista foi a inspiradora dos principais movimentos sociais do final do século anterior. Entretanto, as novas correntes vêm desempenhando um papel crítico em relação ao autoritarismo e ao dogmatismo revolucionário que eram encontrados nos movimentos sociais tradicionais e contrapõem a estes, novos projetos para conquista de autonomias, individuais e coletivas, contemplando a diversidade¹²⁵.

Estes novos movimentos edificam sua identidade a partir de dois fatores: primeiramente, o reconhecimento das condições materiais do capitalismo contemporâneo e de suas variadas formas de opressão. Em segundo lugar, o maior acesso aos meios informativos que possibilitou a internacionalização de uma cultura crítica que está se embrenhando nos movimentos sociais. As formas de opressão e autoritarismo pertencentes ao capitalismo, como também ao

¹²⁴ KÄRNEN, Hartmut. Movimentos Sociais: revolução no cotidiano. Opud Mihailo Markovic. In SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, PAULO J. (org). Uma revolução no Cotidiano? Os novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987 p24-26

¹²⁵ SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, PAULO J. (org). Uma revolução no Cotidiano? Os novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987 p38

socialismo real, vêm arquitetando este pensamento crítico¹²⁶. O “problema social que o grupo enfrenta é o material concreto sobre o qual o movimento trabalha. Todavia, o caráter do movimento, a forma de sua atuação, poderá incorporar em muito os movimentos culturais mais abrangentes”¹²⁷.

...princípios que remontam ao anarquismo, tais como democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade e respeito à individualidade, identidade local e regional e noção de liberdade individual associada à de liberdade coletiva caracterizam as formas de organização e de luta dos “novos movimentos sociais”.¹²⁸.

Habermas¹²⁹ considera ainda que

...não existe um modelo de movimento social emancipatório que consiga abarcar a diversidade de luta e potencial de conflitos hoje presentes em nossas sociedades concretas. A prática dos novos movimentos sociais se dirige contra a burocratização do trabalho, contra as pressões do mercado e a competitividade imposta pela razão sistêmica, contra os padrões consumistas hoje reinantes nos planos estratégicos da expansão capitalista. Convergência, então, para a estratégia de reformar o atual sistema reprodutor da sociedade a partir de dentro.

¹²⁶ Idem p40

¹²⁷ Idem p38

¹²⁸ Ibidem p40

¹²⁹ ZITKOSKI, J J. Horizontes da refundamentação em Educação Popular: uma proposta com base na razão dialógica de Freire e na razão comunicativa de Habermas. Rio Grande do Sul: URI, 200 p317

A literatura sobre os novos movimentos sociais oferece um grande problema: a convicção de seus defensores mais exaltados de que, sem querer, depararam-se com uma respeitável dimensão da cultura contemporânea. Os movimentos que, porventura, não se adequam ao esquema são relegados e, a corrente dos novos movimentos apresenta uma disposição à não visualizar qualquer aspecto dos movimentos que não atenda a essa moldura conceitual. “Por exemplo, o movimento antinuclear pressionou os governos a fechar usinas de energia nuclear, desativar mísseis e para de construir novas bases militares (ou armas).” Observa-se uma certa cegueira programada às facetas que destoavam do parâmetro¹³⁰.

A questão essencial é que, na história dos movimentos sociais, existem altos e baixos vertiginosos, movimentos dramáticos, conflitos e cisões e, na maioria das vezes, uma interação clara com as forças e subculturas que estão em suas fronteiras, bem como em oposição a eles¹³¹.

¹³⁰ DOWNING, John D.H. *Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: SENAC, 2002 p57-58

¹³¹ Idem p59

4. AÇÃO COMUNICATIVA

4.1 Vida e Obra de Jürgen Habermas ¹³²

Jürgen Habermas nasceu na cidade de *Düsseldorf*, na Alemanha em 1929, mesmo ano em que foi fundada a Escola de Frankfurt. Em 1954, aos 25 anos, gradua-se com o trabalho intitulado “O Absoluto e a História”, sobre *Schelling*. Ainda no mesmo ano Habermas torna-se assistente de Adorno, a quem assistiria durante os próximos cinco anos, até 1959, no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, conhecida como Escola de Frankfurt.

Aos 31 anos Habermas passa a lecionar filosofia em *Heidelberg*, já no ano de 1961 publica a famosa obra “Entre a Filosofia e a Ciência - O Marxismo como Crítica”; inserida em “O estudante e a Política”. Jürgen Habermas passa a lecionar filosofia e sociologia na Universidade de Frankfurt.

Várias obras e artigos foram publicados pelo filósofo nos anos seguintes, entre os quais se destacam: “Evolução Estrutural da Vida Pública”, em 1962; a famosa “Teoria e Práxis”, em 1963; “Lógica das Ciências Sociais”, em 1967; e “Técnica e Ciência como Ideologia” e “Conhecimento e Interesse”, estas duas lançadas em 1968.

¹³² [HTTP://INTERVOX.NCE.UFRJ.BR/~BALLIN/HABERMAS.DOC](http://INTERVOX.NCE.UFRJ.BR/~BALLIN/HABERMAS.DOC) ACESSADO EM 17/11/2005 AS 23:20

Em 1968, Habermas muda-se para New York e se torna professor da *New York School for Social Research*. Mas, em 1972 muda-se novamente, desta vez para *Starnberg*, assumindo a direção do Instituto *Max-Planck*. No entanto, em 1983, torna novamente a lecionar na Universidade de Frankfurt.

Por fim, em 1994, Habermas se aposenta, porém sem nunca deixar de contribuir para o arcabouço do conhecimento através de contínuas palestras, obras publicadas e outros.

Autor de vasta obra, compreendendo desde a hermenêutica jurídica; críticas ferrenhas ao positivismo em sua expressão resultante, o tecnicismo; análise do marxismo e muitos outros temas, Jürgen Habermas é representante da segunda fase da Escola da Frankfurt.

Entretanto, o principal eixo das discussões do filósofo é, sem dúvida, a crítica ao tecnicismo e cientificismo que, para ele, reduziam todo o conhecimento humano ao domínio da técnica e modelo das ciências empíricas, limitando o campo de atuação da razão humana a todo conhecimento que fosse objetivo e prático. Nasce assim, sua teoria da ação comunicativa.

4.2 Teoria da Ação Comunicativa

Habermas almeja realizar uma revisão da teoria crítica de sociedade, difundindo um novo alicerce para o projeto crítico-emancipatório da vida humana em sociedade. Tem como objetivo último o provimento de uma base mais próxima das atuais exigências filosófico-científicas, que demandam a superação tanto dos fundamentalismos metafísicos, como dos relativismos pós-modernos que professam, de maneira extrapolada, a decadência da razão, da subjetividade e de um sentido para a vida em sociedade¹³³.

A proposta de Habermas dialoga com os principais articuladores da teoria crítica e, ao assumir o mote essencial desta, procura complementar com outras teorias, entrecruzando análises filosóficas, sociológicas e lingüísticas. A partir disto é que o pensamento de Weber junta-se à análise lingüística de Searle, entre outros¹³⁴. Para o filósofo alemão, não é o trabalho que distingue o ser humano do animal, o ser social do ser natural, e sim, a linguagem é quem opera esta diferenciação¹³⁵.

Propõe uma guinada paradigmática, ou seja, transformar a filosofia em crítica da sociedade e, simultaneamente, em protetora da racionalidade humana. Este movimento serve de base para a elaboração de sua teoria da ação

¹³³ ZITKOSKI, J. J. Horizontes da refundamentação em Educação Popular: uma proposta com base na razão dialógica de Freire e na razão comunicativa de Habermas. Rio Grande do Sul: URI, 200 p261

¹³⁴ idem p262

¹³⁵ MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e a questão social - Crítica ao padrão emergente de intervenção social - 3ªEd. São Paulo: Cortez, 2002 p89

comunicativa, a partir da qual procura interpretar o mundo contemporâneo, as crises que assolam nossas sociedades e, sugere uma inovação na fundamentação ético-política, com vistas à emancipação sócio-cultural. O conceito de razão comunicativa constitui o cerne deste projeto, assumindo o desígnio fundamental de atualizar as principais teses da teoria crítica¹³⁶.

Em meio a todos os diagnósticos que se ocupavam com a problemática da crise da civilização ocidental, Habermas refere-se à Husserl, Weber, Jasper, Heidegger, Adorno, Lukács e Luhmann como os que produziram os estudos mais esclarecedores. Habermas não adere incondicionalmente a nenhuma análise específica por acreditar que todas são unilaterais no modo de elucidar a crise contemporânea e dos processos sócio-culturais característicos do mundo atual. Propõe-se a ir mais além que estes diagnósticos parciais que não esclarecem a realidade complexa característica das sociedades atuais¹³⁷.

Na teoria da coisificação da vida humana, Lukács tem como ponto de partida as análises de Marx sobre o trabalho e, assinala a coisificação dos seres humanos. Recorre para a necessidade de superação da degradação da vida em sociedade a partir da transformação do pensamento em ação, da filosofia em práxis. Essa proposta, segundo Habermas, desconsidera o nível de complexidade alcançado pelas sociedades contemporâneas e repete as mesmas falhas da modernidade quando recomenda uma solução à crise tendo como base única e exclusivamente a transformação das consciências dos seres humanos. Sua crítica

¹³⁶ ZITKOSKI, J. J. Horizontes da refundamentação em Educação Popular: uma proposta com base na razão dialógica de Freire e na razão comunicativa de Habermas. Rio Grande do Sul: URI, 200 p262

¹³⁷ Idem p264

dirige-se à “razão voltada a fins”; discorda de Weber na sua interpretação fatalista intrínseca às teses do colapso da liberdade e do sentido da vida humana disseminada pela racionalização burocrática¹³⁸.

Dialoga com o pensamento de Adorno e de Horkheimer, que procura uma fundamentação para a crítica à razão instrumental, partindo da análise dos alicerces da civilização moderna. Esta análise tem sua importância, segundo Habermas, na apresentação de como a razão humana foi alterada para uma razão puramente técnico-industrial, reproduzindo-se por meio da massificação das sociedades através da Indústria Cultural. Habermas responde a esse pessimismo apresentado pelos expoentes da Escola de Frankfurt, advertindo que os processos da modernidade não incidem unicamente na coisificação da razão e burocratização da vida social, como também na capacidade crítica, do embate de visões de mundo distintas, na possibilidade de escolher entre o sim e o não, ou potencialização do dissenso, estimulando o debate¹³⁹.

Embasado nestes três movimentos que procuraram diagnosticar a crise sociocultural, exposto por Weber, Lukács e Adorno e Horkheimer; Habermas assinala um motivo mais profundo enquanto fator capaz de trazer uma elucidação da atual crise da vida social. A causa da crise encontra sua morada na relação entre Sistema e Mundo da Vida, relação esta envolvida pelo atrofiamiento da potencialidade comunicativa da vida social. O mundo sistêmico avança sobre o terreno antes reservado ao Mundo da Vida. Este acontecimento mostra suas

¹³⁸ ZITKOSKI, J. J. Horizontes da refundamentação em Educação Popular: uma proposta com base na razão dialógica de Freire e na razão comunicativa de Habermas. Rio Grande do Sul: URI, 200 P265 -266

¹³⁹ Idem p266-267

implicações na obstrução do processo comunicativo desde os espaços mais familiares da vida interpessoal, cultural e social¹⁴⁰.

...a causa principal da crise complexa, que atinge as sociedades contemporâneas, é o grande déficit de comunicação que afeta a convivência intersubjetiva, mesmo que vivamos na chamada *era das comunicações*. O motivo desse déficit comunicacional é a racionalização unilateral dos sistemas controladores da vida em sociedade. Esse tipo de razão sistêmica está voltado estrategicamente para a obtenção de fins previamente definidos para o funcionamento de toda sociedade. É o império da razão instrumental, que se alastrou nas diferentes dimensões da vida social e, dessa forma, foi gradativamente controlando os espaços originários do Mundo da Vida que, por sua própria natureza, é constituído da comunicação livre de coações/controle/manipulação das ações sociais.(...) ocorreu devido ao gradativo desengate entre sistema e mundo vivido, que foi se aprofundando na evolução das sociedades modernas. O resultado desse desengate não garante a evolução da sociedade como um todo, pois, mesmo que haja um progresso nas formas do “agir estratégico” produzido pelo aumento da capacidade técnico-científica da humanidade, nem sempre há um progresso na esfera social e do Mundo da Vida, que se expressa nas relações solidárias, comunicativas, que visam ao entendimento mútuo entre as pessoas¹⁴¹.

O que motiva o processo de alienação social e as tensões sócio-culturais das sociedades modernas é o processo de busca da coesão social por meio de sistemas aparelhados por uma razão técnica-instrumental. A invasão do Mundo da Vida pela razão sistêmica denota uma permuta das ações

¹⁴⁰ ZITKOSKI, J. J. Horizontes da refundamentação em Educação Popular: uma proposta com base na razão dialógica de Freire e na razão comunicativa de Habermas. Rio Grande do Sul: URI, 200

¹⁴¹ Idem p268

comunicativas voltadas para o consenso por uma ação estratégica que visa somente o mando dos momentos cotidianos. O comando do Sistema pertence a este tipo de racionalidade que se reveste de fins práticos/estratégicos, estrutura-se a partir de seus subsistemas, como, a economia, a mídia, o direito, etc. “Essa inversão do sentido racional nos processos socioculturais contemporâneos é a causa da alienação das sociedades atuais.”¹⁴²

Ao invés da comunicação intersubjetiva coordenar o processo da ação social, unificando os distintos domínios da vida social, são implantados sistemas de domínio pelo viés da reprodução material, da concepção de opinião e da coexistência diária.

Habermas só enxerga uma saída coesa. Saída esta que necessita ser procurada a partir da passagem do paradigma da consciência para o paradigma do entendimento intersubjetivo e da linguagem, que se estabelece via processo comunicativo da vida em sociedade. O exame das sociedades atuais elaborados por Habermas leva-o a concluir que a tensão que vivenciamos não ocorre parcialmente e, sim, uma crise que se espalhou pelas diferentes dimensões socioculturais, tais como ciência, filosofia, política, religião, arte, direito, moral, etc.¹⁴³.

Habermas concebe que a superação da crise necessita de uma reformulação na racionalidade fundante dos processos sociais e, para isto é

¹⁴² ZITKOSKI, J. J. Horizontes da refundamentação em Educação Popular: uma proposta com base na razão dialógica de Freire e na razão comunicativa de Habermas. Rio Grande do Sul: URI, 200 p268-269

¹⁴³ Idem p274

preciso que haja uma transformação do modelo filosófico-científico da modernidade. A razão moderna foi se constituindo historicamente enquanto percepção de um sujeito solitário que se relaciona com objetos no empenho de exercer um controle e uma manipulação sobre estes.¹⁴⁴

¹⁴⁴ ZITKOSKI, J J. Horizontes da refundamentação em Educação Popular: uma proposta com base na razão dialógica de Freire e na razão comunicativa de Habermas. Rio Grande do Sul: URI, 200 p274-275

5. AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E A SUSTENTABILIDADE

5.1 ARCA Brasil - Associação Humanitária de Proteção e Bem-Estar¹⁴⁵

A ARCA Brasil - Associação Humanitária de Proteção e Bem-Estar Animal é uma entidade sem fins lucrativos criada em 1993 com o objetivo de promover o bem-estar e o respeito aos direitos dos animais. Referência para entidades governamentais e não governamentais, a atuação da ARCA Brasil é reconhecida no Brasil e no exterior. Tem como proposta a interligação dos profissionais (em particular os médicos veterinários), saúde pública, proteção animal e sociedade em busca do aprimoramento das relações homem-animal.

Em 1996, a ARCA Brasil, em conjunto com a prefeitura de Taboão da Serra, SP, institui o “Programa de Controle da Natalidade de Cães e Gatos”. O governo municipal doa os medicamentos para as clínicas veterinárias, estas realizam as castrações a preços viáveis para toda a população.

Visando suprir a maior carência na área da proteção animal no Brasil - a falta de informações - a ARCA Brasil organizou, em 1997, o *I Congresso Brasileiro do Bem-Estar Animal*. Em 1998, além do II Congresso Brasileiro, realizou também o *I Congresso Latino-Americano do Bem-Estar Animal*. Estiveram presentes

¹⁴⁵ www.arcabrasil.org.br

veterinários, legisladores, professores, ambientalistas, jornalistas, estudantes e demais interessados na melhoria das relações homem-animal.

A ARCA Brasil foi co-organizadora da *9ª Conferência Internacional sobre Interações Homem-Animal*, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 2001, onde foram discutidos os aspectos positivos e os benefícios para a sociedade de uma convivência sadia com os animais de estimação. Paralelamente, na cidade de Embú,/SP, ocorreu o Simpósio *Controle de Zoonoses e as Interações Homem-Animal*, no qual participaram representantes da OMS/OPAS - Organização Mundial e Pan-Americana da Saúde. Com duração de três dias, reuniu especialistas internacionais e cerca de 120 profissionais de todo o país, resultando em propostas práticas e soluções para o problema dos animais abandonados.

5.2 Fundação SOS Mata Atlântica¹⁴⁶.

A Fundação SOS Mata Atlântica é uma entidade privada, sem vínculos partidários ou religiosos e sem fins lucrativos. Os principais objetivos da Fundação são a defesa dos remanescentes da Mata Atlântica, a valorização da identidade física e cultural das comunidades humanas que os habitam e a conservação dos

¹⁴⁶ www.sosmatatlantica.org.br

riquíssimos patrimônios natural, histórico e cultural dessas regiões, pautada pela busca de seu desenvolvimento sustentado.

Fundada em setembro de 1986, a SOS Mata Atlântica possui profissionais trabalhando em projetos de educação ambiental, recursos hídricos, monitoramento da cobertura florestal vegetal da Mata Atlântica por imagens de satélite, ecoturismo, produção de mudas de espécies nativas, políticas públicas, aprimoramento da legislação ambiental, denúncia contra agressões ao meio ambiente, apoio à gestão de unidades de conservação, banco de dados da Mata Atlântica, entre outros.

Para o desenvolvimento do seu Programa de Ação, a SOS Mata Atlântica é sustentada pela contribuição de mais de 70 mil membros filiados e por apoios, parcerias e patrocínios de empresas privadas, órgãos governamentais, instituições de ensino e pesquisa, entidades e agências nacionais e internacionais. Tem como órgão deliberativo o Conselho Administrativo e possui também um Conselho Consultivo e um Conselho Colaborador, todos estes formados por representantes de segmentos significativos da sociedade.

5.3 Moradia e Cidadania¹⁴⁷

A Moradia e Cidadania teve origem no Comitê da Ação da Cidadania dos Empregados da Caixa, formado em 1993 e responsável por iniciativas, como a oferta de cursos de datilografia, corte e costura e alfabetização de jovens e adultos em comunidades carentes

Em setembro de 2000, a Moradia e Cidadania transforma-se em uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que visa promover a educação digital, alfabetização de jovens e adultos, microcréditos, moradia para baixíssima renda e ações emergenciais, apoiar e incentivar a educação, a cultura, a saúde, a geração de emprego, a defesa do meio ambiente, a assistência social e o combate à fome, à miséria e a favor da contínua busca da melhoria da qualidade de vida das pessoas menos favorecidas.

Em agosto de 2001, recebeu o Título de Utilidade Pública Federal, registrada no CNPJ nº 01.285.730/0001-49, tornando-a apta a receber doações de qualquer natureza, principalmente de órgãos públicos. Em 08 de outubro de 2001, foi qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.

¹⁴⁷ www.moradiaecidadania.org.br

5.4 Fundação Abrinq¹⁴⁸

A Fundação Abrinq surge em 1990, ano em que foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente. A Fundação acredita que só a união de todos aqueles que nutrem o sentimento de “amigos da criança” pode melhorar a situação da infância no país. Deste modo, trabalha para construir uma ponte entre quem quer ajudar e quem precisa de ajuda.

Para este elo funcionar, a Fundação Abrinq abre canais de participação para quem quer trabalhar na construção de um mundo mais justo, solidário e igualitário para as crianças e adolescentes.

Os recursos arrecadados na sociedade, entre pessoas físicas e jurídicas (a Fundação Abrinq não aceita recursos públicos) são utilizados: na divulgação dos direitos das crianças, chamando a atenção da sociedade para as questões mais urgentes; na articulação política, junto aos governos municipais, estaduais e federais, para influenciar políticas públicas; na viabilização de programas e projetos, realizados em parceria com empresas, governos, organizações sociais nacionais e internacionais; na reedição e divulgação das melhores experiências, transmitindo conhecimentos e engajando novos parceiros.

¹⁴⁸ www.fundabrinq.org.br

Em 14 anos de atuação, mais de um milhão de crianças e adolescentes foram beneficiadas por ações desenvolvidas pela Fundação Abrinq e seus parceiros.

5.5 Considerações sobre o discurso.

Estas organizações não-governamentais evidenciam a maneira de atuação dos novos movimentos sociais; não procuram se constituir enquanto portadores da opinião de toda a sociedade. Estas organizações apontam para diferenças que querem ver reconhecidas, diferenças estas que não são colocadas em patamares desiguais daquelas apontadas por organizações com objetivos distintos.

A atuação destas Ong's ocorre por meio da realização de ações isoladas; em muitos casos não encontram correspondência entre as outras entidades que perseguem o mesmo objetivo. Por exemplo, a ARCA Brasil não possui um programa de ações realizadas com a colaboração de outras organizações de defesa dos animais; no entanto, a Fundação SOS Mata Atlântica realiza alguns projetos em conjunto com outras organizações de preservação do meio ambiente.

O desempenho destas ações ocorre por meio do que Freire¹⁴⁹ chama de extensão; ou seja, os projetos são colocados em prática por estas organizações sem considerar aspectos da cultura local. O especialista não procura construir um conhecimento em conjunto com a comunidade e, assim, procurar realizar uma verdadeira troca de conhecimentos, transformando as pessoas da comunidade em agentes da mudança, tanto quanto o perito. Falta a aplicação do diálogo, que Freire considera como condição indispensável à emancipação.

O material divulgado em seus *sites* sugere que estas organizações adotam alguns princípios como a democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade e respeito à individualidade, identidade local e regional e noção de liberdade individual associada à de liberdade coletiva.

Estas organizações enquanto participantes dos novos movimentos sociais caracterizam-se enquanto instrumentos de conscientização, de mobilização, de participação. Utilizam formas de comunicação popular que pressupõe um público que não apenas consome as informações, mas que também as produz e invoca o conceito de audiência ativa. Assumem a perspectiva de questionar o processo hegemônico.

Entretanto estas organizações citadas anteriormente, ao beneficiarem ações realizadas sem a participação de outras instituições que perseguem a mesma finalidade ou com objetivos diferentes, mas que são complementares,

¹⁴⁹ FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação. 6ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

contribuem com o fenômeno criado pela razão moderna e, implementada por uma ciência que divide a realidade em partes isoladas quase estáveis, destacando os objetos de seu estudo do sujeito que os analisava. Disso resultou uma ciência dividida em disciplinas e o mito de uma ciência neutra, que legitima os especialistas e gera uma visão que não contempla a complexidade, que abarca os fenômenos da sustentabilidade, resultando em um conhecimento parcial da realidade.

Segundo Morin¹⁵⁰, o pensamento que fragmenta, isola, separa, consente aos especialistas e expertos que sejam muito efetivos em suas áreas de ação e cooperem com eficiência em domínios de conhecimento não complexos, especialmente nos que guardam uma relação com o funcionamento das máquinas; entretanto, a lógica a que obedecem estende sobre a sociedade e as relações humanas, e dos homens com a natureza, as coações e os mecanismos inumanos da máquina, e sua visão determinista, mecanicista, quantitativa e formalista ignora, encobre ou dilui todo o objetivo afetivo, livre e criador.

Estas organizações deixam de empregar a comunicação popular na sua plenitude de agente do poder de desenvolvimento, como o proposto por Macpherson¹⁵¹, esvaindo a oportunidade que os membros do público tem de empregar e desenvolver suas competências. A comunicação popular contribui para o desenvolvimento de uma estrutura de comunicação democrática, de maneira mais incisiva que os *mass medias*, ainda que não se constitua

¹⁵⁰ LEFF, Enrique (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003 p222-223

¹⁵¹ DOWNING, John D.H. Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2002 p79-80

necessariamente enquanto oposição, considerando a escassez de recursos. É reforçada assim a necessidade de uma cooperação maior entre as organizações que atuam no terceiro setor.

Conceitos como o da sustentabilidade social, da cultural e da econômica deixam de constar do estudo da sustentabilidade. É preciso que ocorra a mudança preconizada por Habermas, do paradigma da racionalidade moderna para o paradigma do entendimento intersubjetivo e da linguagem, estabelecido por meio do processo comunicativo da vida social. Este processo torna-se imprescindível a ocorrência de uma transformação do modelo filosófico-científico da modernidade.

A confluência das ações realizada pelas organizações do terceiro setor, teria como resultado uma compreensão mais precisa da realidade complexa que abarca a busca por uma sociedade sustentável por completo e, não apenas projetos que contemplem somente uma de suas variáveis, seja social, ambiental, cultural ou econômica.

Realizar ações em cooperação com outras organizações que, em alguns casos não compartilhem do mesmo âmbito de atuação, não significa desvio dos objetivos fundantes das Ongs. Mas se elas assumem na prática a postura competitiva das organizações privadas em sua luta pela verba destinada ao social, como alcançar a cooperação?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em torno da sustentabilidade deve contemplar a diversidade social e as contradições que perpassam a sociedade quando está em jogo a validade de modalidades desiguais de apropriação dos recursos naturais. A sustentabilidade remete às relações entre a sociedade e a base material de sua reprodução. Assim sendo, não se deve debater uma sustentabilidade dos recursos naturais, mas sim das formas sociais de apropriação e uso desses recursos.

Este embate deve ser realizado com a participação popular, buscando aprimorar as decisões, aproximando-as dos interesses da maioria. Discussão esta, facilitada pela ação dos novos movimentos sociais, atuando como facilitadores do acesso à informação e, correspondentes de uma parcela da população.

Faz-se necessário propor ações que explicitem a interdependência dos diversos setores e forjem uma aliança buscando a participação de diferentes organizações não-governamentais que atuam por uma sociedade sustentável. Este processo necessita de uma educação que promova uma desconstrução do pensamento disciplinar, simplificador e unitário; que promova um debate permanente diante das categorias e formas de pensamento que freguaram em formas do ser e do conhecer. A sustentabilidade se estabelece e se compreende em um processo que Freire denomina de dialógico, no intercâmbio de saberes, na reformulação da ciência, o avanço tecnológico e os saberes populares.

FONTES

BIBLIOGRAFIA

CÁDIMA, Rui F. História e Crítica da Comunicação. Lisboa: Edições Século XXI, 2002

CAHUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2000 p280

DOWNING, John D.H. Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2002

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação. 6ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

LEFF, Enrique (coord.).A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez,2003

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e a questão social - Crítica ao padrão emergente de intervenção social - 3ªEd. São Paulo: Cortez, 2002

MATTELART, Armand. História da Utopia Planetária: da cidade profética à sociedade global. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2000

OLIVEIRA, Frederico Salomé de. A comunicação nas organizações do terceiro setor: Serviço Assistencial Salão do Encontro: Um Estudo de Caso. Florianópolis, 2003. Disponível em<<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/7338.pdf> >. Acessado em: 28 set. 2005

PEREIRA, Lúcia H Mendes. Comunicação popular: para além do bem e do mal. Disponível em:< [www.bocc.ubi.pt/pag/ pereira-lucia-comunicacao-popular.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-lucia-comunicacao-popular.pdf)>. Acessado em 26 set. 2005

PERUZZO, Cicília Maria K. Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998

REVISTA ON-LINE DE LA UNIVERSIDAD BOLIVARIANA. Volumen 2 nº5, 2003.

Disponível em: <<http://www.revistapolis.cl/5/cinc.htm>.> Acesso em: 28 set. 2005

REVISTA ON-LINE DE LA UNIVERSIDAD BOLIVARIANA. Volumen 1 nº3, 2002.

Disponível em: <<http://www.revistapolis.cl/5/cinc.htm>.> Acesso em: 28 set. 2005

SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, PAULO J. (org). Uma revolução no Cotidiano? Os novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987

ZITKOSKI, J J. Horizontes da refundamentação em Educação Popular: uma proposta com base na razão dialógica de Freire e na razão comunicativa de Habermas. Rio Grande do Sul: URI,2000.

SITIOGRAFIA

www.fundabrinq.org.br

www.moradiaecidadania.org.br

www.sosmatatlantica.org.br

www.arcabrasil.org.br